



***Violência de gênero contra a mulher perpetrada por  
parceiro íntimo: uma abordagem na mídia escrita***

***Aluna: Márcia Freitas de Jesus***

***Orientadora: Profª Drª Ludmila F. Cavalcanti***

Fonte: Guia de Orientações e Direitos das  
Mulheres. Prefeitura da Cidade de São  
Paulo.

***Márcia Freitas de Jesus***

**Violência de gênero contra a mulher perpetrada por  
parceiro íntimo: uma abordagem na mídia escrita**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Graduação, da Escola de Serviço Social da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª Drª Ludmila Fontenele  
Cavalcanti

Rio de Janeiro  
2007

## Dedicatória

---

### *A Deus*

*Por ter colocado na minha vida pessoas tão maravilhas, que sempre acreditaram e me incentivaram a continuar nesta longa caminhada. Pela oportunidade e pelo privilégio que me foi dado em compartilhar tamanha experiência e, ao frequentar este curso, perceber para a relevância de temas que não faziam parte, em profundidade, da minha vida.*

### *Aos meus pais Francisco Felipe (in memoriam) e Euclédina Eva*

*Pelo amor, carinho, dedicação, compreensão e incentivo em todos os momentos da minha vida, transformando-me na pessoa que sou.*

### *Ao meu namorado e eterno amor Vitor*

*Por seu amor, amizade, carinho, paciência, companheirismo, cumplicidade, dedicação, ajuda e apoio incondicional em todos os momentos importantes da minha vida.*

## Agradecimento

---

*Ao meu pai Francisco (in memoriam) que mesmo na sua ausência física eu sei que estava presente, todo o tempo ao meu lado, me apoiando e acreditando em mim. A ti, a minha eterna gratidão. Te amo demais!*

*À minha mãe Eva pela dedicação, apoio e carinho durante toda a minha vida, sempre me ajudando nos momentos difíceis, trazendo palavra de incentivo e conforto. A ti, minha guerreira, a minha eterna gratidão. Te amo mãe!*

*Aos meus irmãos Valdeir, Evangelista e Adriano, que sempre me incentivaram, trazendo palavras de carinho nos momentos importantes da minha vida. Amo vocês!*

*Ao meu irmão Wanderley, meu amigo, pai, e eterno irmão, companheiro dos momentos alegres e tristes, sempre me apoiando e ajudando nas horas em que eu mais precisei. Jamais esquecerei tudo que fizeste. A você meu irmão, meu eterno amor e gratidão.*

*À minha irmã e madrinha Val, minha amiga de todas as horas, que sempre acreditou no meu potencial mesmo quando eu não acreditava, obrigada pelas palavras de carinho, incentivo, e pela paciência que me dedicaste em todos os momentos. Te amo demais!*

*Ao meu namorado Vitor, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos, sempre acreditando no meu potencial e me ajudando incondicionalmente na conclusão deste trabalho. Obrigada pelo carinho, companheirismo, paciência e amor que me dedicaste todo esse tempo. Te amo muito!*

*À toda minha família, pelo carinho, paciência, dedicação e compreensão da minha ausência. Por tudo isso, obrigada!*

*À minha sogra Dainez e meu sogro Manoel, por me incentivarem, trazendo sempre uma palavra de carinho e conforto. A vocês, minha eterna gratidão. Adoro vocês!*

*Às minhas eternas amigas Patrícia e Rosane, obrigada pelo carinho, pelo ombro amigo de todas as horas, por compreender a minha ausência, pela palavra amiga sempre me incentivando e acreditando nos meus ideais. Jamais me esquecerei de todo o apoio que vocês me deram. Adoro vocês!*

*Às minhas amigas Luciana e Eliane, que estiveram ao meu lado nos momentos únicos e inesquecíveis da faculdade (“já estou com saudades”), sempre me apoiando nos momentos alegres e difíceis da faculdade. Luciana, obrigada pelo ombro amigo em todos os momentos que precisei. Meninas, obrigada por me deixarem fazer parte da vida de vocês. Adoro vocês!*

*Às minhas amigas do Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino, Adriana, Ana Cléia, Ana Lúcia, Danielly, Daniele, Rejane, Roberta, Vanessa e Viviane, pelas palavras de carinho e de apoio em todos os momentos que passamos juntas na pesquisa, principalmente nas viagens inesquecíveis. Foi muito bom compartilhar parte da minha vida acadêmica com pessoas tão maravilhosas como vocês. Obrigada por tudo.*

*Aos meus colegas de trabalho, em especial Ana Cândida, pelo apoio e paciência. Ana obrigada pela sua eterna compreensão, a vida acadêmica não seria a mesma se não fosse você. Obrigada por tudo.*

*À professora Ludmila Fontenele Cavalcanti, pela honra de ter sido sua orientanda. A você professora, agradeço pelo incentivo e presteza no auxílio das atividades e discussões sobre este trabalho. Obrigada também pela oportunidade única de fazer parte da pesquisa sob sua coordenação seu núcleo de pesquisa sempre ensinando a importância do trabalho em grupo, e pela oportunidade de participação em publicações e eventos que enriqueceram o meu conhecimento, tornando-me maior, como profissional, e melhor, como ser humano. Obrigada por tudo!*

*Às professoras Cecília Paiva e Ilma Rezende, pelo seu espírito inovador e empreendedor na tarefa de multiplicar os conhecimentos em suas disciplinas, ensinando-nos sempre a buscar novos conhecimentos. Obrigada pelo carinho, dedicação e entusiasmo que vocês demonstraram ao longo do curso.*

*A todos os meus amigos que auxiliaram no meu trabalho direta ou indiretamente, dando-me força e ajudando nos momentos difíceis.*

*Aos funcionários da ESS/UFRJ que contribuíram para a minha formação.*

*Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma me deram força para que a conclusão deste trabalho fosse possível.*

## Resumo

---

Este trabalho de conclusão de curso integra a pesquisa "Avaliação dos núcleos de atenção às mulheres em situação de violência sexual nas maternidades municipais do Rio de Janeiro", e está vinculado ao Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem como objetivo analisar as reportagens dos jornais, expostas no clipping da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no período de 2004 a 2006, sobre o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. O interesse em abordar o tema na mídia escrita deve-se ao papel importante que a mídia possui na divulgação de noticiários do cotidiano, constituindo-se num veículo de massa formador de opinião. A metodologia adotada nesse trabalho privilegiou a triangulação das abordagens quantitativa e qualitativa no tratamento dos dados coletados. A análise quantitativa dos 89 recortes de jornais foi importante para mensurar as características das reportagens, sendo possível observar que em 2006 houve um aumento de 32,2% dos jornais que abordaram o tema. 65,1% das reportagens foram publicadas nos jornais da região Sudeste e Nordeste, e os estados que mais publicaram foram Rio de Janeiro e Pernambuco. Já a abordagem qualitativa possibilitou compreender os significados dessa violência. No que diz respeito ao conceito da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, tal abordagem permitiu identificar um único núcleo de sentido: resultado da cultura patriarcal. Com relação às explicações dessa violência, foi possível identificar quatro núcleos de sentido: relações conjugais e familiares; dependência financeira da mulher; fatores psicológicos; e uso abusivo de álcool e outras drogas. Quanto ao tipo de violência perpetrada por parceiro íntimo, identificou-se que a agressão física aparece nas reportagens com mais frequência (58,4%). No tocante ao vínculo com o agressor, constatou-se que 37,6% das reportagens mencionaram a violência cometida pelo marido. Com relação ao local de ocorrência, observou-se que 77,5% das reportagens apresentam agressões que ocorrem no âmbito privado. Já com relação à linguagem utilizada, foram identificados quatro núcleos de sentido: consequências para a mulher; importância da denúncia; programas de redução da violência contra a mulher; e divulgação de pesquisas. Quanto aos atores envolvidos, observou-se que 80,9% das reportagens analisadas têm como atores envolvidos os profissionais das instituições governamentais e não governamentais. E por fim, referente às políticas públicas, identificou-se quatro núcleos de sentido: segurança pública; judiciário; política de abrigamento; e a articulação entre as políticas. Esses resultados podem expressar, por um lado, a relativa ampliação na abordagem da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo e, por outro, a necessidade de inclusão do tema, pela mídia, no campo dos direitos humanos e das diferentes políticas públicas.

## Sumário

---

<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	<b>10</b>
<b>LISTA DE QUADROS</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b>	<b>12</b>
<b>ABREVIATURAS</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER E SUAS EXPRESSÕES NA MÍDIA ESCRITA</b>	<b>19</b>
1.1 - Violência de gênero	19
1.2 - Violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo	21
1.3 - Os impactos da violência de gênero em diversos países	23
1.4 - Violência de gênero e suas expressões	26
1.4.1 - Violência doméstica	26
1.4.2 - Violência sexual	28
1.4.3 - Violência física	30
1.4.4 - Violência psicológica	31
1.5 - Mídia escrita e violência de gênero contra a mulher	33
<b>CAPÍTULO II – TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO III – OS JORNAIS QUE ABORDARAM A VIOLÊNCIA DE GÊNERO PERPETRADA POR PARCEIRO ÍNTIMO</b>	<b>39</b>
3.1 – Características dos jornais	39
3.1.1 - Identificação dos jornais que publicaram as reportagens de violência de gênero contra a mulher	39
3.1.2 – Jornais por ano de publicação	41
3.1.3 – Jornais por região, estado e ano	44
3.2 – Abordagem da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo	49
3.2.1 – Os conceitos e as explicações para a ocorrência da violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo	50
3.2.1.1 – Os conceitos	50
3.2.1.2 – As explicações	53
3.2.2 – Os tipos de violência de gênero, o vínculo com agressor e o local de ocorrência	58
3.2.2.1 – Os tipos de violência de gênero	58
3.2.2.2 – Vínculo com o agressor	61
3.2.2.3 – Local de ocorrência	63
3.2.3 – A linguagem utilizada e os outros atores envolvidos	65
3.2.3.1 – A linguagem utilizada	66
3.2.3.2 – Outros atores envolvidos	70
3.2.3.3 – Políticas públicas	73
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>83</b>



ANEXOS	<b>88</b>
Anexo A – Roteiro para a análise dos recortes de jornais expostos no clipping SPM	<b>89</b>
Anexo B – Reportagens dos Jornais	<b>90</b>

## **Lista de Gráficos**

---

<b>Gráfico 1 – Distribuição das reportagens por jornais</b>	<b>41</b>
<b>Gráfico 2 – Distribuição dos jornais por ano</b>	<b>43</b>
<b>Gráfico 3 – Distribuição das reportagens por região</b>	<b>44</b>
<b>Gráfico 4 – Distribuição das reportagens por estado e por ano</b>	<b>48</b>

## **Lista de Quadros**

---

<b>Quadro 1 – Distribuição das reportagens por tipos de violência</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 2 – Distribuição das reportagens por vínculo com o agressor</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 3 – Distribuição das reportagens por local de ocorrência da violência</b>	<b>64</b>

## **Lista de Tabelas**

---

**Tabela 1 – Agressão física contra mulheres infloigida pelos parceiros 24**  
**em países selecionados, 1993 a 1999**

**Tabela 2 – Distribuição das reportagens por jornal 40**

**Tabela 3 – Distribuição das reportagens por ano 42**

**Tabela 4 – Distribuição das reportagens por região 44**

**Tabela 5 – Distribuição das reportagens por regiões e por ano 45**

**Tabela 6 – Distribuição das reportagens por estados e por ano 46**

## **Abreviaturas**

---

**Cav.Crime** – Centro de Atenção às Vítimas de Crime  
**CEM** – Centro de Excelência da Mulher  
**CIAM** – Centro Integrado de Atendimento a Mulher  
**DEAM** – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher  
**DDM** – Delegacias de Defesa da Mulher  
**DSTs** – Doenças Sexualmente Transmissíveis  
**ENSP** – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca  
**Fiocruz** - Fundação Oswaldo Cruz  
**JECrims** – Juizados Especiais Criminais  
**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
**MJ** – Ministério da Justiça  
**OMS** – Organização Mundial de Saúde  
**ONG** – Organização Não-Governamental  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**SENASP** – Secretaria Nacional de Segurança Pública  
**SPM** – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres  
**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
**USP** – Universidade de São Paulo  
**UNIFEM** – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres  
**PNPM** – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Esse projeto de trabalho de conclusão de curso integra a pesquisa Avaliação dos Núcleos de Atenção às Mulheres em Situação de Violência Sexual nas Maternidades Municipais do Rio de Janeiro, apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e está vinculado ao Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Esse projeto tem por objetivo analisar os recortes de jornais, expostos no clipping da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), no período de 2004 a 2006, sobre o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. Pretendeu-se mapear e caracterizar os recortes de jornais expostos no clipping da SPM que abordaram o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, além de compreender como os jornais expostos no clipping abordam o tema da violência de gênero contra a mulher.

A importância de analisar os recortes de jornais dos últimos três anos advém da implementação do clipping, no final de 2003, no site da SPM, possibilitando compreender o fenômeno da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo a partir do enfoque de diferentes jornais do país.

Entende-se que a violência de gênero refere-se a qualquer comportamento que cause dano físico, sexual ou psicológico, como é mencionado por Kronbauer & Meneghel:

*Violência de gênero pode ser conceituada como qualquer ato que resulta ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, inclusive ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade em público ou na vida privada, assim como castigos, maus tratos, pornografia, agressão sexual e incesto. (2005: 696).*

A violência de gênero contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo ocorre em todos os países, independente do desenvolvimento social, econômico, religioso, étnico ou cultural. (Ministério da Saúde, 2005: 7).

Uma das expressões da violência de gênero é a violência sexual perpetrada pelo parceiro íntimo, que se expressa na relação sexual sem o consentimento da

vítima. Organização Mundial de Saúde OMS (2002) define a *violência sexual como todo ato sexual não desejado, ou ações de comercialização e/ou utilização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção*. (Souza & Adesse, 2005: 13).

Na relação com o parceiro íntimo também podem ocorrer outras expressões da violência de gênero, como a violência física, praticada com empurrões, tapas e chutes, e a violência psicológica, com prática de intimidação, manipulação, humilhação e isolamento. Esses tipos de violências contra a mulher podem ocorrer no âmbito doméstico, caracterizando, assim, a violência doméstica.

Os impactos da violência sexual, física e psicológica, podem ocasionar danos à saúde da mulher, como a gravidez indesejada, a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, ou ainda indiretamente, interferir na possibilidade de usarem contraceptivos e preservativos, além de afetar seu bem-estar físico e mental, ocasionando, assim, uma maior procura dos serviços de saúde (Oliveira & Carvalho, 2005). Conforme o Ministério da Saúde menciona:

*A violência sexual pode levar diretamente à gravidez indesejada ou a doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, a infecção do HIV, influenciando sobre o uso de anticoncepcionais e sobre a adoção de práticas de autocuidado, assim como tem grande impacto sobre o estado psicológico da mulher.* (2005: 8).

O interesse em abordar a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo na mídia escrita, especificamente em jornais, deve-se ao papel importante que a mídia possui como instrumento de comunicação na divulgação de noticiários do cotidiano, constituindo-se um veículo de massa formador de opinião.

O noticiário impresso, como os jornais, muitas vezes suscita debates e questionamentos, em diversos espaços sociais, reforçando a comunicação interpessoal. É a mídia uma das responsáveis pela visibilidade social, ou seja, pela visibilidade dos acontecimentos do cotidiano, que, segundo Charaudeau

*(...) configura-se em instrumento de visibilidade social; em elemento de um jogo de duplo espelho, já que reflete e se encontra refletida no espaço social; numa fonte de lucro; num objeto do mundo científico e tecnológico, principalmente das tecnologias da comunicação que levam a informação de*

*um lugar a outro; num objeto dentro das Ciências Sociais e do mundo da Educação; ou seja, ela produz uma informação que pode ser entendida como fenômeno de formação de sentido. (1994: 8).*

Nesse contexto será importante entender de que forma o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo é publicizada nos jornais, com o objetivo de analisar se o noticiário está exposto de maneira crítica e reflexiva, de modo que possa mobilizar e impulsionar a sociedade a buscar medidas mais eficazes de políticas públicas. Ou, ainda, se o noticiário exposto de alguma forma estereotipa ou estigmatiza a figura da mulher, o que pode ocasionar um número menor de denúncias por parte das vítimas, maior impunidade do agressor, e até mesmo descaracterizar a importância de políticas públicas voltadas para mulheres em situação de violência. Para Muller:

*Através de seus textos e discursos, a mídia colabora para definir, ou encaminhar, o rumo dos acontecimentos. Este posicionamento se dá através das ações naturais do procedimento jornalístico, como o de agendar e editar os próprios acontecimentos e os personagens que deles farão parte. (2003: 16).*

A violência de gênero contra a mulher ganha ênfase na década de 1980 devido à efervescência dos movimentos sociais, entre eles o movimento feminista, que foi o grande protagonista e propulsor do debate. Neste cenário, onde havia uma crescente “redemocratização”, as mulheres também buscavam seu espaço dentro da sociedade.

Uma das bandeiras centrais do movimento estava direcionada para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher, que num primeiro momento se deu tanto no âmbito judiciário, quanto no âmbito da segurança pública. Deste modo, a violência de gênero era tratada, inicialmente, como caso de polícia, com pouco destaque, ainda, na esfera da saúde pública. Para Souza & Adesse:

*O movimento das mulheres foi um grande impulsionador desta luta. No início, a preocupação foi em termos de criminalizar a violência. Agora o movimento vem se abrindo mais para pressionar a atuação em outros campos: a prevenção, o tratamento. Além de punição, temos que pensar nas seqüelas, no sofrimento. (2005:19).*



Mas foi na década de 1990 que a violência de gênero contra a mulher tornou-se mais visível, o que refletiu na ampliação de políticas públicas em diversos campos, entre eles, e principalmente, na saúde pública, como cita Shraiber, ao mencionar que nesta década a discussão da violência contra a mulher atinge três campos principais e importantes, o dos direitos humanos, da saúde e do desenvolvimento social (Sharaiber, 1999).

Atualmente, as expressões da violência de gênero contra a mulher têm recebido, por parte do Estado, ênfase na implementação de políticas de enfrentamento. Tal fato é resultado tanto do movimento feminista, que tornou visível os inúmeros casos de violência contra a mulher, quanto da visibilidade que o tema vem recebendo no âmbito da produção do conhecimento. Nessa perspectiva, as esferas do judiciário, da segurança pública e da saúde pública precisam de profissionais capacitados para atender às vítimas de violência de gênero.

Diante do exposto, acentua-se a pertinência em compreender esse universo, visto que o assistente social é um dos profissionais que integram a equipe interdisciplinar no atendimento às mulheres em situação de violência, conforme recomenda a Norma Técnica de 2005:

*É desejável que a equipe de saúde seja composta por médicos(as), psicólogos(as), enfermeiros(as) e assistentes sociais. Entretanto, a falta de um ou mais profissionais na equipe – com exceção do médico(a) - não inviabiliza o atendimento. Ainda que cada um desses profissionais cumpra papel específico no atendimento à mulher, todos devem estar sensibilizados para as questões de violência contra a mulher e violência de gênero, e capacitados para acolher e oferecer suporte às suas principais demandas.(...). (2005: 11).*

Além disso, analisar a violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo publicada na mídia escrita se constitui em importante instrumento investigativo para o profissional do Serviço Social na busca da compreensão da realidade, visto que para atuar na realidade de modo propositivo faz-se necessário entender o contínuo processo de transformação da realidade em que os assistentes sociais devem *construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo.* (Iamamoto, 2000: 20).

O interesse em analisar a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro na mídia escrita foi aguçado a partir da inserção no Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino em 2006. Interesse que me possibilitou uma maior reflexão referente a uma das expressões da questão social – a violência contra a mulher – em que o profissional do Serviço Social intervém.

O primeiro capítulo aborda a violência de gênero contra a mulher e suas múltiplas expressões na mídia escrita, que se divide em cinco subtítulos: a violência de gênero; a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo; os impactos da violência de gênero em diversos países; a violência de gênero e suas expressões; e a mídia escrita e violência de gênero contra a mulher.

O segundo capítulo traça a trajetória metodológica deste estudo, onde estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. O estudo envolveu as seguintes atividades: a) busca e identificação dos recortes jornais no site SPM; b) tabulação dos recortes de jornais; e c) análise dos recortes de jornais.

No terceiro capítulo buscou-se estabelecer um elo entre os dados empíricos e a reflexão teórica sobre o universo dos jornais expostos no clipping. Nesse capítulo, foram analisadas as características dos jornais (nome do jornal, ano de publicação, região e estado) e as abordagens da violência de gênero perpetrada pelo parceiro íntimo nos recortes jornais (conceito de violência de gênero, tipos de violência, explicações para ocorrência da violência de gênero, vínculo com o agressor, local de ocorrência, a linguagem utilizada, outros atores envolvidos e a articulação com as políticas públicas), buscando compreender de que maneira os jornais dão visibilidade aos casos de violência de gênero contra mulher perpetrada por parceiro íntimo.

Nas considerações finais são apresentados os principais resultados, assim como sugestões e apontamentos para que tema violência de gênero contra mulher perpetrada por parceiro íntimo tenha mais visibilidade nos diferentes jornais do país.

## **Capítulo I - Violência de gênero contra a mulher e suas múltiplas expressões na mídia escrita**

---

### 1.1. Violência de gênero

A violência de gênero tornou-se alvo de estudos e pesquisas, tanto no âmbito da sociedade civil, como no âmbito da esfera governamental. Mas, para entender a violência de gênero, é preciso compreender a sua origem, que se constitui do poder existente entre homens e mulheres. Além disso, é importante mencionar o conceito de gênero que, segundo Scott :

*(...) é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (Schirraiber & D'Oliveira, 1999: 14).*

Portanto, o termo gênero, na Antropologia, está baseado nas diferenças entre homem e mulher que são construídas socialmente ao longo das relações sociais. Historicamente, o homem é conhecido como uma figura forte, viril e detentora de poder, enquanto a mulher, uma figura dócil, sensível e desprotegida. Esse fato tende a ocorrer devido aos papéis sociais vividos por ambos os gêneros, o que pode refletir, pelo menos nas sociedades ocidentais, na subordinação da mulher na sociedade.

Para compreender o significado de gênero, é necessário atribuir *status* diferente para homens e mulheres, que se refere a duas características: sexo, com referência às características biológicas e psicológicas que diferenciam homem e mulher; e gênero, que se refere aos papéis sociais que são construídos socialmente, e que são atribuídos e apropriados para homens e mulheres (Casique, 2004).

A violência de gênero ganha destaque no Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, devido aos esforços do movimento feminista e às convenções em que o país foi signatário. Entre elas estão: Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979); Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes (1984); Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (1993); Convenção inter-americana para prevenir, punir e

erradicar a violência contra a mulher (1994)<sup>1</sup>; e Quarta conferência mundial de mulheres, em Beijing (1995)<sup>2</sup>.

No âmbito do Executivo, também foi criado um conjunto de iniciativas nas seguintes esferas de poder: na esfera federal, foram criados o Programa Nacional de Combate à Violência Doméstica e Sexual (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher/MJ, 1998), que resultou em uma parceria com nove municípios para a construção de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência, e no lançamento da campanha “Uma Vida Sem Violência É Direito Nosso”, além do pacto Comunitário Contra a Violência Intrafamiliar, em parceria com a ONU; a Norma Técnica do Ministério da Saúde para a “Prevenção e Tratamento dos agravos Resultantes da Violência Sexual contra a Mulher e Adolescente” (1998, atualizada em 2005); e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que tem como objetivo implantar uma política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, reduzir os índices de violência contra as mulheres, garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres (2004); na esfera estadual, ocorreu a implantação das Delegacias de Defesa da Mulher (a partir da década de 80); e na municipal, a criação de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência em diversos municípios brasileiros, como Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Gravatá/PE (SEPM, 2005; MJ, 1996).

As Convenções, Conferências e o conjunto de iniciativas das esferas federais, estaduais e municipais foram importantes para estabelecer os marcos legais para proteção dos direitos das mulheres, permitindo, assim, avanços para a compreensão e a erradicação da violência contra a mulher. Mas é importante salientar que a violência de gênero contra a mulher sempre existiu, mas só recentemente vem sendo discutida e encarada como um problema de direitos humanos, de saúde pública, além da atenção e intervenção da esfera do judiciário, da segurança pública e das políticas de saúde.

## **1.2. Violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo**

---

<sup>1</sup> Foi a partir dessa Convenção que surgiram as delegacias e os conselhos estaduais de direitos.

<sup>2</sup> Esta conferência incluiu a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres.

Em todo o mundo, a forma mais comum da violência de gênero contra a mulher é justamente a perpetrada por parceiro íntimo. A violência praticada pelo parceiro ocorre em todos os países e transcende os grupos sociais, econômicos, religiosos e culturais.

Os dados apresentados pela OMS (2002), mostram que na relação íntima a violência contra a mulher ocorre com frequência, entre 10 a 50% das mulheres em todo o mundo sofreram alguma forma de violência perpetrada por parceiro íntimo. Tal fato acontece por diversas razões, uma delas está relacionada às questões socioeconômicas. Segundo a OMS (2002), esse quadro torna-se ainda mais alarmante quando essas mulheres vivem em situação de pobreza<sup>3</sup>. A questão econômica também pode provocar brigas entre o casal, pois, para alguns homens, viver na pobreza pode gerar estresse e frustração por não ter conseguido prover o sustento de sua família e cumprir com seu papel culturalmente esperado. Um outro fator que pode contribuir para a violência na relação íntima é a questão do alcoolismo, ou seja, o uso do álcool em excesso pelos homens<sup>4</sup> provocando brigas entre o casal. A questão da discórdia no relacionamento também colabora para a violência contra a mulher.

A mulher vítima de violência perpetrada por parceiro íntimo tem dificuldades de sair de uma relação violenta, pois estão envolvidas emocionalmente com quem as vitimiza. Isto tende a ocorrer pelo fato de depender economicamente do seu companheiro ou por falta de informação (Casique, 2004).

Segundo Casique (2004), a violência perpetrada por parceiro íntimo tende a ocorrer no âmbito doméstico, como violência física e violência sexual, ambas acompanhadas por abuso psicológico. Esses tipos de violência perpetrada por parceiro íntimo podem trazer conseqüências tais como: agressões físicas, que podem gerar lesões, invalidez, fraturas, distúrbios gastrintestinais, dano ocular, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e aborto espontâneo, depressão, sentimentos de vergonha e culpa, baixa auto-estima, fobias e síndrome do pânico.

---

<sup>3</sup> Isto não significa que nas outras classes sociais (classe média e alta) não ocorra à violência perpetrada por parceiro íntimo.

<sup>4</sup> Embora haja controvérsias sobre a natureza da relação entre o uso de álcool e a violência, bem como se tal relação é realmente causal, para muitos pesquisadores o álcool funciona como um fator situacional. É importante sinalizar que com o uso do álcool o risco de violência perpetrada por parceiro íntimo tende a ser maior.

A OMS (2002) demonstra a extensão da violência contra a mulher praticada pelo companheiro em 48 pesquisas realizadas com população do mundo todo. De 10% a 69% das mulheres relataram ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de suas vidas. Os estudos também indicam que a violência física nos relacionamentos íntimos normalmente é acompanhada por abuso psicológico e, de um terço a mais da metade dos casos, por abuso sexual.

Um estudo transversal realizado na unidade básica de saúde VII, em Porto Alegre, nos meses de outubro e de novembro de 2003, com 251 mulheres entre 18 a 49 anos, revelou os seguintes dados: 55% das mulheres entrevistadas sofreram violência psicológica – insultos, humilhações, intimidações e ameaças –, 38% sofreram agressão física – tapas, empurrões, chutes, surras, estrangulamento, uso de armas e socos – e 8% sofreram algum tipo de violência sexual – sexo forçado, sexo por medo, práticas humilhantes (Kronbauer & Meneghel, 2003).

As consequências da violência perpetradas por parceiro íntimo na vida da mulher são profundas, pois viver um relacionamento violento afeta a auto-estima da mulher e sua capacidade de participar no mundo (OMS, 2002).

A violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo causa impactos na vida da mulher, sendo considerado fator de risco para a obtenção de diversos tipos de doenças e problemas de saúde, como a gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, redução do seu funcionamento físico, além de estar sob o risco muito maior de suicídio e tentativas de suicídios (OMS, 2002). Devido a esses fatores a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo é um fenômeno complexo que vem sendo encarado como um importante problema de saúde pública.

### **1.3. Os impactos da violência de gênero em diversos países**

A violência de gênero está relacionada aos papéis sociais que homens e mulheres vivenciam. Nessa relação social, ficam explícitas as diferenças e as desigualdades existentes entre ambos, que podem ser compreendidas em três correntes teóricas como menciona Santos:

*A primeira, que denominamos de **dominação masculina**, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto como “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente que chamamos **patriarcal**, é influenciada pela perspectiva feminista e marchista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomeamos de **relacional**, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”. (2006: 1).*

As bases da violência de gênero contra a mulher estão arraigadas nos modelos culturais, nas raízes culturais da inferioridade feminina, ou seja, na ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida por homens e mulheres, que transformam as diferenças biológicas em desigualdades hierárquicas, que segundo Chauí é uma ação violenta que trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”. É partir dessas relações de gênero que se define a concepção ideológica da condição “feminina” como inferior à condição “masculina”, que são construídas e produzidas no cotidiano das diferentes classes sociais, raças e etnias (Chauí, 2005).

No patriarcalismo masculino, segundo Saffioti, a sociedade<sup>5</sup> “tolera” o domínio/exploração que o homem possui sobre a mulher. Esse domínio pode ter efeitos e ser situada essencialmente nos campos políticos e ideológicos, e a exploração relacionada diretamente ao terreno econômico. Para Saffioti a ideologia machista socializa o homem para dominar a mulher e submeter o “poder do macho”, dentro dessa concepção de “macho”, o homem julga-se no direito de praticar atos violentos contra a mulher (Saffioti, 1995).

Na terceira corrente teórica, a violência de gênero é construída em base hierarquizada, ou seja, os sujeitos são inseridos, tanto no âmbito familiar quanto na estrutura societal, de modo desigual (Almeida, 2003). Nessa abordagem, a violência de

---

<sup>5</sup> Saffioti (1955) relaciona a dominação masculina a uma sociedade capitalista e racista.

gênero não está relacionada a dominação ou à relação de poder, mas sim a um jogo relacional. Essa perspectiva considera a mulher como autônoma e participante da relação violenta (Santos, 2006).

A violência de gênero contra as mulheres é um problema mundial, e ocorre em diversos países como no Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Venezuela, Israel, Cingapura, Egito, Nicarágua, Nova Zelândia, Gana e Índia. As razões alegadas nesses países para legitimar a violência contra a mulher variam de país para país.

Segundo a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (2001), as justificativas para aprovar a violência sexual, física e psicológica são as mais variadas como a infidelidade feminina, a falta de cuidado com a casa e com os filhos, a recusa da mulher de manter relações sexuais e por desobediência de uma mulher ao seu marido

Esses tipos de violência perpetrada por maridos e companheiros são comuns e estão presentes em muitos países do mundo, como mostra o estudo feito em diferentes países do na década de 1990. O estudo mostra que nos países mais desenvolvidos a violência contra a mulher ocorre com uma incidência menor do que nos países menos desenvolvidos (tabela 1). Isso fica explícito quando comparamos os países como Canadá, Reino Unido, com a Nicarágua, Egito, Índia e Etiópia. Tal fato tende a ocorrer devido à cultura, à escolaridade, e às condições econômicas de cada país.

**Tabela 1: Agressão física contra mulheres infligida pelos parceiros em países selecionados, 1993 a 1999**

Continente	País	Data	Últimos 12 meses %	Alguma vez (qualquer relação) %
Ásia	Índia	1999	14	66
África	Egito	1995-1996	16	34
África	Etiópia	1995	10	45
Europa	Reino Unido	1993	12	30
América do Norte	Canadá	1993	3	29
América Latina	Nicarágua	1995	47	89

Fonte: The Johns HopkinsUniversity School of Public Health, *apud* Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (2001)

Um estudo realizado por Barsted (1998) aponta que 20% das mulheres já sofreram algum tipo de violência imposta por pessoas de sua convivência íntima, como é o caso dos Estados Unidos.



Uma pesquisa realizada por Kauppinem (1998) mostra que no Canadá a violência de gênero atinge quase um quarto da população feminina no país. (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001).

Em Israel, uma pesquisa estatística feita por Hawari (1999) demonstrou que 50% das mulheres árabes casadas são espancadas por seus maridos, sendo metade deste percentual de mulheres espancadas uma vez a cada seis meses, além dos assassinatos das mulheres devido à discriminação que sofrem dentro do país. Na Palestina, onde a honra do homem está intrinsecamente relacionada ao corpo da mulher, a violência familiar é tratada como problema interno das famílias. Neste caso, os homens que acreditam ter sua honra ultrajada fazem uso da violência sem serem interpelados pelas autoridades, pois o Estado não oferece proteção suficiente às mulheres, que muitas vezes, mesmo fazendo a denúncia, são levadas de volta para casa onde a violência é mais uma vez praticada, podendo ocasionar a morte (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001).

Uma pesquisa realizada pela UNIFEM, em 1999, demonstrou que em alguns países da América Latina<sup>6</sup> e Caribe há um índice relativamente considerável de violência de gênero contra a mulher. O referido estudo aponta que 25% a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica; 33% sofrem de abuso sexual e pelo menos 45% são vítimas de ameaças, insultos e destruição de bens pessoais (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001).

#### **1.4. Violência de gênero e suas expressões**

---

<sup>6</sup> México, Costa Rica, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai, Brasil, Venezuela e República Dominicana.

No Brasil, o tema da violência de gênero contra a mulher ganha ênfase no início do movimento feminista. Nesse contexto, a violência doméstica, uma das expressões da violência de gênero, ganha destaque devido a grande incidência de casos ocorridos. Já outras formas de expressão da violência de gênero contra a mulher apenas recentemente obtiveram atenção, como é o caso da violência sexual (Souza & Adesse, 2005).

#### **1.4.1. Violência doméstica**

Atualmente no Brasil, percebe-se um avanço na questão da violência doméstica, tanto na esfera da produção do conhecimento quanto na elaboração de programas que vão ao encontro da temática proteção da mulher (Souza & Adesse, 2005).

A pesquisa realizada pelo IBGE no final da década de 80 constatou que 63% das vítimas de agressões físicas ocorreram no espaço doméstico.

O estudo “Violência Doméstica, Questão de Polícia e de Sociedade”, realizado pela professora Heleieth Saffiotti em 1994, apresenta um panorama da violência doméstica no Brasil a partir de casos registrados em delegacias policiais. A referida pesquisa analisou mais de 170 mil boletins de ocorrência em todas as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) de 22 capitais, além de cidades do interior de São Paulo (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001).

Um primeiro resultado apurado na cidade de São Paulo mostra que as lesões corporais são as principais queixas levadas pelas mulheres às delegacias. Dos processos analisados, 81,5% dos casos referem-se a lesões corporais dolosas, 4,47 referem-se a estupro ou atentado violento ao pudor, 7,77% a ameaças e 1,53 a sedução.

Uma pesquisa realizada por Barsted (1998) demonstrou que no Brasil um terço das internações em unidades de emergência é consequência da violência doméstica.

O IBGE também realizou um levantamento em julho de 1999, com o objetivo de apurar os conflitos conjugais em dois bairros cariocas (Tijuca e Maracanã). Nesse estudo foram entrevistadas 57.755 pessoas que se encontravam casadas ou que

tivessem um companheiro/a permanente em domicílio (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001).

Este levantamento constatou um alto padrão de agressividade e violência nos conflitos existentes nas relações conjugais. Dentre os entrevistados, 11% já foram vítimas de violência em algum momento de suas vidas, dentro desse universo, 64% eram mulheres. Das mulheres casadas, 12,8% relatam ter sofrido violência, física ou emocional, por parte do parceiro.

Um estudo realizado pela Secretaria Especial da Mulher, na cidade de Londrina, demonstrou que o Centro de Atendimento à Mulher assistiu mais de 4.016 mulheres em situação de violência entre abril de 1993 e julho de 1998, e que desses casos, 54,52% sofreram violência psicológica, 40,83%, violência física e 2,55% sofreram violência sexual.

No Brasil, com a Constituição Federal 1988, verifica-se o reconhecimento da violência contra a mulher na esfera do governo como questão relevante para toda a sociedade. Isto fica claro no artigo 5º §2º que confere status constitucional aos Tratados e Convenções Internacionais subscritos pelo governo brasileiro, incluindo os relativos aos direitos humanos das mulheres; e o artigo 226º §8º que estabelece a obrigatoriedade do Estado de criar mecanismos para coibir a violência no âmbito familiar.

Em 2001, a Lei 10.224/2001, altera o Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual, e dá outras providências. Acrescenta os parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".

Em 2005, a Lei nº. 11.106/2005, que alterou os artigos 215 e 216, prevê, dentre outras alterações, a extinção do crime de adultério e a substituição de termos como "mulher honesta" e "mulher virgem" para o termo "mulher". A lei sancionada também prevê a extinção dos incisos do Código Penal que permitiam a impunidade do estuprador se a vítima casasse com o agressor ou com terceiro.

Recentemente no Brasil foi sancionada a nova lei 11.340 em 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha de combate à violência contra a mulher,

alterando, assim, o Código Penal. Esta nova lei substitui a Lei 9.099/95 dos Juizados Especiais Criminais (JECrims) do artigo 41, onde foi vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa (art.17). Houve modificação do artigo 313 do Código de Processo Penal para se autorizar a prisão preventiva dos infratores (art. 42). No tocante à pena máxima do delito de violência doméstica do artigo 129, parágrafo 9º, do Código Penal, em que a pena máxima não ultrapassava a 02 anos de reclusão sendo considerado “de menor potencial ofensivo” ocorreu um aumento para três anos de detenção.

#### **1.4.2 - Violência sexual**

A violência sexual contra a mulher é um fato relevante para toda a sociedade, tanto pela alta incidência como pelo impacto na saúde sexual e reprodutiva. Estudos mostram que uma entre quatro mulheres pode vivenciar a violência sexual perpetrada por parceiro íntimo (Cavalcanti, 2004).

A violência sexual, diferente da violência doméstica, ganhou visibilidade há pouco tempo, ou seja, apenas recentemente recebe destaque pelos órgãos governamentais e organizações não governamentais, assim como é recente a produção acadêmica nesta temática (Souza & Adesse, 2005).

No Brasil, os crimes sexuais ainda são pouco denunciados, e, além disso, os instrumentos utilizados para registrar o problema são um tanto inadequados, o que dificulta a produção de um diagnóstico nacional exato sobre a violência sexual no país.

Segundo o Ministério da Saúde, os casos de violência sexual notificados nas delegacias não chegam a 10%, embora os dados mostrem índices muito altos de estupros, como a ocorrência de 11.000 casos em Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) de 12 cidades do país (Ministério da Saúde, 2001). Mas é importante ressaltar que os casos de estupros intrafamiliares são pouco denunciados; isto se deve ao medo de alguma implicação familiar ou por constrangimento, conforme dados da pesquisa sobre estupro realizada na Faculdade de Brasília.

A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, demonstrou que 43% das mulheres entrevistadas em todo território nacional relatam que já sofreram alguma forma de violência sexual e doméstica, e destas, 13% relatam ter sofrido estupro conjugal ou abuso, e 11% afirmam ter sofrido assédio sexual.

Um outro fator que leva as vítimas de violência sexual não denunciarem deve-se, em parte, ao descrédito que a população tem nas instâncias judiciárias e de segurança pública, além da dificuldade que a sociedade tem para trabalhar com a questão nos diferentes setores como judiciário, de segurança e de saúde (Souza & Adesse, 2005).

A pesquisa realizada pela USP sobre violência doméstica e sexual e sua repercussão na saúde da mulher, na cidade de São Paulo e na Zona da Mata, em Pernambuco, obtiveram os seguintes resultados. Dentre as entrevistadas, 10,1% da cidade de São Paulo e 14% da Zona da Mata<sup>7</sup> relataram que já haviam sido forçadas fisicamente a ter relações sexuais quando não queriam, ou práticas sexuais por medo do que o parceiro pudesse fazer, ou forçadas a uma prática sexual degradante (Cavalcanti, 2004).

Nessa mesma pesquisa, foi constatado que as mulheres que sofrem violência sexual relatam mais problemas de saúde do que as mulheres sem histórico de violência sexual. Um outro dado interessante da pesquisa é que 22% das mulheres de São Paulo e 24% da Zona da Mata mencionam que falaram sobre a violência sofrida pela primeira vez no ato da entrevista, ou seja, a pesquisa foi a primeira oportunidade para o relato de tal violência (Souza & Adesse, 2005).

Uma análise preliminar sobre a violência sexual, realizada pela extinta Subsecretaria Estadual de Segurança da Mulher do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizou informações referentes à incidência de estupro e atentado violento ao pudor, principais crimes de natureza sexual no ano de 2001. Essa análise constatou que 51,6% foram vítimas de estupro dentre os 1.383 casos, já as vítimas de atentado violento ao pudor foram 24% dentro do universo de 1.770 vítimas. Entre os acusados de estupro, 52,2% eram conhecidos e 37% eram desconhecidos. E dentre os acusados de atentado violento ao pudor, 70,4% eram conhecidos sendo que 5,5% tinham

---

<sup>7</sup> A Zona da Mata possui um número maior de casos de violência do que a cidade de São Paulo. Isso se deve a diferença do grau de escolaridade existente entre as duas cidades. Esse fator tende a apontar que um maior grau de conhecimento colabore para evitar ou diminuir a violência contra a mulher.

relações amorosas e/ou conjugais e 19% eram desconhecidos (Souza & Adesse, 2005).

Apenas recentemente, o debate da violência sexual ganha ênfase, tanto na literatura quanto no enfrentamento pelas políticas públicas. Isso ocorre principalmente na área da saúde, que mais recentemente reconheceu as violências contra a mulher como uma questão de saúde pública, além de compreendê-las como uma violação dos direitos humanos.

#### **1.4.3. Violência física**

A violência física, uma das expressões da violência de gênero contra a mulher, é a mais evidente e difícil de esconder, dado que se reflete no aspecto físico subsequente ao ato, como as cicatrizes e hematomas.

A violência física se apresenta de diversas formas incluindo agressões físicas como pancadas, bofetadas, chutes e surras. Além disso, outros tipos de violência como a sexual e a psicológica ocorrem com a utilização da força física que, segundo Casique:

*(...) em muitas ocasiões, os atos de violência física podem vir acompanhados por algum ato sexual violento, em que se utilize a força física deteriorando a integridade da mulher. (Casique, 2004: 30).*

Alguns estudos demonstram a magnitude da violência física contra a mulher que tendem a ocorrer com frequência nas relações conjugais, ou seja, perpetrada por seu parceiro íntimo.

Uma pesquisa realizada por Schraiber et al (1998), com 322 mulheres em uma unidade básica de saúde na cidade de São de Paulo, constatou que dentre as entrevistadas 143 mulheres já haviam sofrido algum tipo de violência física e que 110 dos casos de violência foram perpetradas por parceiro íntimo, ou seja, a pesquisa demonstrou que a violência física perpetrada por parceiro íntimo atinge cerca de 20% a 50% dos casos de violência contra a mulher.

Uma outra pesquisa realizada por Silva (2003), em um serviço de emergência em Salvador, Bahia, com 701 mulheres em 2001, constatou que 36,5% haviam sofrido violência física tendo como o principal agressor o parceiro e ex-parceiro íntimo.

Kronbauer & Meneghel (2005) realizaram um estudo com 251 mulheres em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul em 2003, e constataram que da totalidade do universo entrevistado 96 mulheres sofreram violência física perpetrada por parceiro íntimo como tapas, empurrões, socos, chutes, surras, estrangulamentos e usos de arma de fogo.

Oliveira & Carvalho (2005) realizaram uma pesquisa com 210 mulheres no período de outubro de 2003 a maio de 2004, no Hospital Universitário Estadual de Londrina, que demonstrou que do total de mulheres entrevistadas, 31 relataram ter sofrido algum tipo de violência física, em que destas, 58,1% relataram ter sofrido ameaças de morte com armas, 83,9% relataram ter sofrido tapas ou ferimentos sem dor duradoura, 48,4% sofreram chutes/socos com ferimentos e com dor duradoura e 19,3% sofreram fraturas ou queimaduras.

A violência física traz conseqüências para a saúde física da mulher como doenças ginecológicas (dor crônica pélvica, fluxo vaginal persistente, sangramento genital de origem disfuncional), abuso e dependência de álcool e substâncias, doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive Aids, danos corporais como queimaduras, queixas somáticas pouco definidas (cefaléia crônica, dor abdominal, pélvica e muscular, fadiga crônica), dentre outras (Aliaga, Ahumada & Marfull, apud Casique, 2004). Sendo assim, é importante salientar que a violência física traz danos para vida sexual e psicológica da mulher e que é preciso intervenções efetivas no âmbito das políticas sociais.

#### **1.4.4. Violência psicológica**

A violência psicológica, diferente da violência física, se detecta com maior dificuldade, pois não apresenta cicatrizes, hematomas, deste modo, é mais difícil de ser percebida e comprovada. Segundo Perez e Casique (2001), a violência psicológica contra a mulher é definida por:

*Toda ação que sofre a mulher quando seu parceiro lhe agride verbalmente de maneira repetitiva usando palavras desqualificadas em relação a sua pessoa, chamando-a por meio de apelidos humilhantes, ou ameaças de fazer dano a ela ou a outro familiar. (Perez & Casique apud Casique, 2004: 3).*

A violência psicológica está presente na violência física e sexual e normalmente ocorre no âmbito doméstico. Esse tipo de violência pode se manifestar de várias formas como abuso verbal, intimidação, ameaças, isolamento e desprezo.

A violência psicológica, como os demais tipos de violência contra a mulher, acarretam conseqüências para saúde da mulher como a depressão, ansiedade, disfunções sexuais, transtornos de alimentação, comportamento sexual de alto risco, comportamentos compulsivos e problemas múltiplos de personalidade. Essa violência inclui todas as ações ou condutas de ofender ou controlar a autonomia do outro (Melo, 2006).

Duas pesquisas realizadas no Brasil em anos e regiões diferentes evidenciam a violência psicológica contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. O estudo feito por Silva (2003), em uma emergência de Salvador (Bahia) com 701 mulheres em 2001 obteve o seguinte resultado: 42,80% das mulheres já haviam sofrido algum tipo de violência psicológica e mais da metade desse tipo de violência foi cometida por parceiro íntimo. A pesquisa feita por Oliveira & Carvalho (2005), com 210 mulheres, em 2003 e 2004, no Hospital Universitário Estadual de Londrina, demonstrou que, do total de mulheres entrevistadas, 31 relataram ter sofrido algum tipo de violência psicológica, dentro desse universo, 64,5% das mulheres que se auto-identificaram como vítima de violência psicológica disseram sentir medo do seu parceiro.

Atualmente, no Código Penal não há um artigo específico criminalizando a violência psicológica, mas no artigo 129, o crime de lesão corporal inclui a ofensa à saúde de alguém, portanto a saúde mental está incluída. Sendo assim, algumas vezes é possível enquadrar a violência psicológica no crime de lesão corporal, uma vez que a decisão judicial reconhece que tanto é lesão, a desordem das funções fisiológicas, como a das funções psíquicas (Melo, 2006).



### 1.5. Mídia escrita e violência de gênero contra a mulher

Entende-se por mídia um conjunto de meios de comunicações de massa como jornais, revistas, rádios, estações de TV, cinema dentre outros. Neste trabalho trataremos da violência de gênero contra a mulher no jornal impresso.

Os jornais operam como indústrias culturais e são levados a diversificar ao máximo o noticiário, na medida em que pretende atingir um público amplo e segmentado. Este público é composto por gostos, padrões e sistemas de preferências diferenciados (Alves, 2001).

O jornal impresso, enquanto documento acessível e duradouro, pode ser considerado um veículo de comunicação que usa as informações de modo a favorecer ou não os temas abordados, traduzindo-se como documento “comprobatório” dos fatos relatados. Além disso, a mídia dá visibilidade aos fatos cotidianos.

A mídia tem o poder de selecionar e hierarquizar questões, dando a elas maior ou menor peso, definindo o que é importante, urgente e o que deve ser priorizado, definindo não apenas “sobre o que se fala”, mas também “o que se fala”, como cita Sanematsu:

*(...) a imprensa não apenas define “sobre o que se fala”, mas especialmente “o que se fala”, divulgando opiniões e argumentos, influenciando a opinião pública, atraindo a atenção e sensibilizando formuladores e gestores de políticas, servindo de vigia das questões públicas. (2006: 2).*

A mídia escrita tende a formar opiniões, ou seja, a direcionar um determinado segmento dentro da sociedade. Nessa perspectiva, vale lembrar que a imagem feminina, ao longo dos anos, vem sendo explorada pela mídia de modo a estigmatizar e estereotipar a figura da mulher na sociedade, reforçando a desigualdade entre os gêneros e conseqüentemente a violência contra a mulher. *A mídia trabalha a figura da mulher como um objeto sexual, como um objeto de prazer do homem e nada mais que isso.* (Giannotti, 2006).

Porém, nos últimos anos, alguns órgãos governamentais e não-governamentais que abordam o tema violência de gênero contra a mulher vêm utilizando a mídia escrita

para dar visibilidade aos casos de violência contra a mulher, com o objetivo de denunciar os casos ocorridos e fomentar debates junto à sociedade no sentido de buscar alternativas.

Segundo Sanematsu (2006), a cobertura da mídia sobre a violência contra a mulher é bastante diferente do que há 25 anos atrás, atualmente o tema é tratado com respeito, e boa parte da população já demonstra uma clara rejeição a esse fenômeno. A mídia, sobretudo os jornais, já pauta o tema com mais seriedade, ainda que boa parte da notícia seja publicada nas páginas policiais, hoje há adoções mais freqüentes de outras abordagens, que apresentam o tema da violência contra a mulher como uma questão de saúde, de direitos e de políticas públicas. Segundo Pompeu & Melo,

*O tema da violência contra as mulheres vem sendo adotado em bons termos por alguns segmentos da mídia brasileira desde os anos 80. As delegacias especiais da mulher, enquanto políticas públicas, foram ações pioneiras e conquistaram grande visibilidade social e política. (2006: 1).*

Um levantamento feito pela Sanematsu em jornais e revistas de circulação nacional no período de 2003 a 2005 observou que as vozes mais ouvidas e solicitadas na cobertura da notícia são os *delegados/as e agentes policiais, pesquisadores/as, profissionais de saúde, representantes do Executivo (da Secretaria Nacional do Direitos Humanos, Ministério da Saúde ou Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e do Legislativo e ativistas de ONGs*. Também foi possível perceber que a violência contra as mulheres é notícia quanto acontecem:

- **casos reais** de violência, em especial se a agressão for cometida contra uma mulher famosa ou se o agressor for famoso;
- **iniciativas** do Executivo (delegacias da mulher, serviços de aborto previsto em lei), projetos de lei ou ações da sociedade civil (ações de prevenção e assistência);
- **lançamentos de dados impactantes de pesquisas** produzidas por instituições conceituadas. (Sanematsu, 2006: 2).

A mídia escrita, como os demais meios de comunicações, opera entre o fato e a representação, utilizando as linguagens que legitimam os discursos. Esses discursos

são construídos por profissionais que projetam no seu trabalho a cultura, os preconceitos e a visão de mundo que eles têm (Silva, 2006).

## Capítulo II – Trajetória Metodológica

---

A metodologia de pesquisa, segundo Minayo (1993), ocupa um lugar de destaque no interior das teorias, sendo o (...) *caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade*. A abordagem teórica e a metodologia caminham juntas, sendo uma complementar a outra. A metodologia, enquanto um conjunto de técnicas deve dispor de um conjunto instrumental claro, coerente, elaborado, de modo a orientar impasses teóricos para o desafio da prática.

A metodologia adotada nesse trabalho consiste em um estudo, que permitirá investigar e analisar os recortes de jornais expostos no clipping da SPM, a respeito do tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo.

A análise quantitativa dos recortes de jornais foi importante para mensurar o número de jornais (empresas de material impresso), o número de jornais publicado por região e o número de casos publicizados nos jornais acerca do tema violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. Já a abordagem qualitativa foi necessária para compreender os processos e os fenômenos que não podem ser quantificados, ou seja, trabalhar o universo dos significados. Segundo Minayo et al:

*O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia. (1993: 22).*

O estudo realizado consistiu na busca de recortes de jornais, que envolveu a identificação e a análise do material coletado.

Primeiramente, a identificação dos recortes de jornais foi realizada através de pesquisa feita no site da SPM. A busca foi feita por meio do clipping utilizando palavras-chaves como violência contra a mulher, violência sexual contra a mulher, violência física contra a mulher, violência psicológica contra a mulher, violência doméstica contra a mulher e violência de gênero contra a mulher. Os recortes de jornais foram selecionados a partir dos seguintes critérios: a) artigos que abordam o tema da

violência perpetrada por parceiro íntimo; b) artigos publicados no período de 2004 a 2006.

Em seguida, foi utilizado um roteiro (Anexo A) com a finalidade de analisar o material coletado considerando as seguintes variáveis: (a) ano de publicação; (b) nome do jornal que publicou; (c) região e o estado da publicação, e as seguintes categorias: (d) gênero, (e) tipos de violência, (f) explicações para ocorrência da violência, (g) vínculo com agressor, (h) local da ocorrência, (i) a linguagem utilizada (h) articulação com as políticas públicas e (i) outros atores envolvidos.

Para a análise dos recortes de jornais expostos no clipping, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática, que segundo Minayo (1993), consiste em descobrir os núcleos de sentidos, (...) *à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado*. (Minayo et al, 1993: 74). Esta análise possibilitou trabalhar com diversas categorias relacionando-as entre si.

Primeiramente, foi realizada uma busca dos jornais que abordaram o tema violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo no clipping do site da SPM no período de 2004 a 2006. Após a coleta desses dados, que resultou em 89 recortes de jornais nesse período de 03 três anos, foi feita uma leitura flutuante de todo o material para registrar as impressões de cada recorte de jornal.

Esses recortes foram ordenados e, posteriormente, submetidos a uma exaustiva leitura do material para que, então, pudesse ser construído o mapa que serviu para organizar os aspectos relevantes. Em seguida, foi aplicada, a partir das categorias previamente estabelecidas, uma classificação dos dados identificando os significados mais relevantes que emergiram a partir delas.

Em seguida, foi realizada uma leitura transversal relacionando os diferentes elementos. A partir daí, buscou-se as idéias centrais (núcleos de sentido) possibilitando a descoberta de eixos temáticos.

E, por último, foram estabelecidas articulações entre os núcleos de sentido e os referenciais teóricos desse trabalho de conclusão de curso, possibilitando, dessa maneira, as relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Também foram citados fragmentos dos recortes de jornais com o objetivo de melhor embasar os núcleos de sentidos encontrados. Para identificar esses fragmentos foi utilizado o seguinte código: Rep. (reportagem), o número<sup>8</sup>, o nome do jornal, o ano, o mês e o dia, conforme exposto no anexo B.

---

<sup>8</sup> A numeração foi reiniciada a cada ano.

### Capítulo III – Os jornais que abordaram violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo

---

Este capítulo destina-se a caracterizar os jornais que abordaram o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo nos anos de 2004 a 2006 e perceber como a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo é abordada pelos mesmos.

Nessa análise, foram incluídas as seguintes variáveis: **as características dos jornais** (nome do jornal, ano de publicação, estado e região); **a abordagem do tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo** (os conceitos; as explicações para a ocorrência da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo; os tipos de violência, o vínculo com agressor e o local de ocorrência; a linguagem utilizada e outros atores envolvidos; e a articulação com as políticas públicas).

#### 3.1 Características dos jornais

Analisar as características dos jornais foi importante para mensurar a tendência da cobertura da mídia ao veicular o tema da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo nos diferentes jornais, anos, regiões e estados. Esse estudo não se preocupou em analisar as variáveis que conduziam à construção da notícia<sup>9</sup> e nem como o seu conteúdo é percebido por diferentes grupos de leitores.

##### 3.1.1. Identificação dos jornais que publicaram as reportagens de violência de gênero contra a mulher

De acordo com a tabela 2, verificou-se que trinta e um jornais do país publicaram sobre o tema violência contra mulher perpetrada por parceiro íntimo.

---

<sup>9</sup> Perfil sócio-cultural, formação do jornalista e relação de poder dentro das redações.

**Tabela 2 – Distribuição das reportagens por jornal**

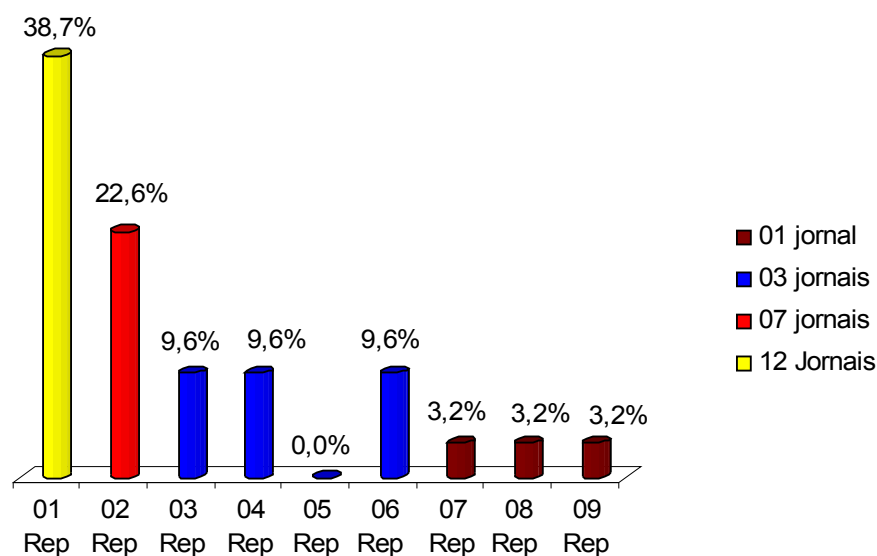
	<b><i>Jornais</i></b>	<b><i>Número de Reportagens</i></b>
01	A gazeta de Cuiabá	4
02	A Notícia	2
03	A Tarde	1
04	Amazonas em Tempo	1
05	Correio Braziliense	3
06	Correio da Bahia	2
07	Correio o Povo	2
08	Correio Popular	1
09	Diário Catarinense	2
10	Diário da Manhã	6
11	Diário de Pernambuco	6
12	Diário do Amapá	1
13	Diário do Nordeste	4
14	Folha de Boa Vista	1
15	Folha de Londrina	1
16	Folha de Pernambuco	3
17	Folha de São Paulo	1
18	Gazeta de Alagoas	3
19	Hoje em Dia	2
20	Jornal da Tarde	2
21	Jornal de Brasília	6
22	Jornal do Brasil	9
23	Jornal do Comércio	1
24	Jornal do Commercio	7
25	O Dia	2
26	O Estado de Minas	1
27	O Estado de São Paulo	4
28	O Globo	8
29	O Povo	1
30	Tribuna da Imprensa	1
31	Valor Econômico	1
	<b>Total</b>	<b>89</b>

Na análise da tabela 2 observou-se que o Jornal do Brasil, O Globo, e o Jornal do Commercio claramente assumiram uma posição de destaque, pois foram os que mais publicaram reportagens sobre o tema da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo.



No gráfico 1, foi verificado que dos 31 jornais analisados, 38,7% dos jornais tiveram apenas uma única reportagem, enquanto 01 jornal (3,2%) teve 09 reportagens sobre o tema.

**Gráfico 1 – Distribuição das reportagens por jornais**



Foi possível verificar que 61,3% dos jornais apenas publicaram de 01 a 02 reportagens, o que significa que o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo ainda é pouco publicado na maioria dos jornais analisados.

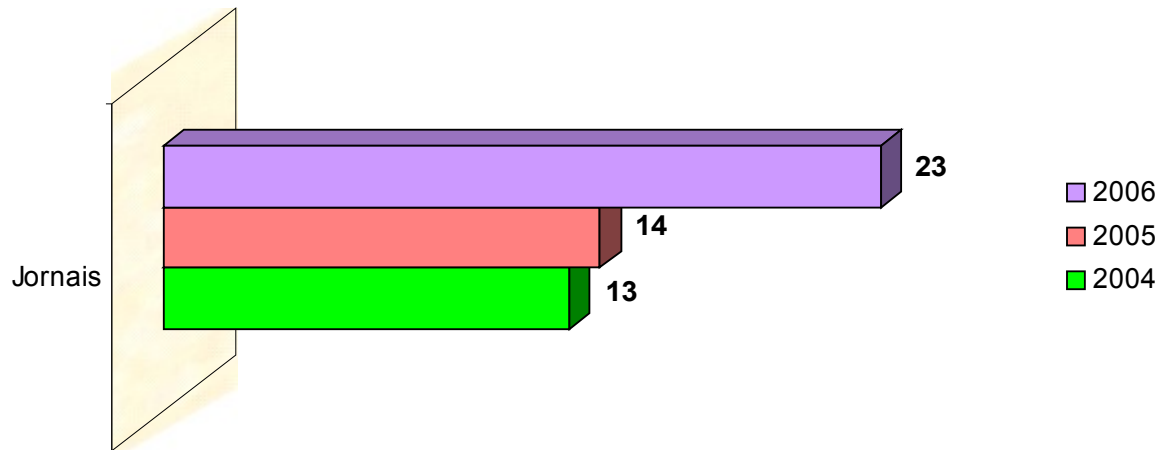
### 3.1.2. Jornais por ano de publicação

A tabela 3 demonstra que no período de 2004 a 2006 houve um crescimento significativo no número de reportagens que abordaram o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, passando de 18 reportagens em 2004 para 47 reportagens em 2006.

**Tabela 3 - Distribuição das reportagens por ano**

<b><i>Jornal</i></b>	<b><i>2004</i></b>	<b><i>2005</i></b>	<b><i>2006</i></b>
A gazeta de Cuiabá	0	2	2
A Notícia	0	0	2
A Tarde	0	0	1
Amazonas em Tempo	0	0	1
Correio Braziliense	2	0	1
Correio da Bahia	0	0	2
Correio o Povo	0	0	2
Correio Popular	1	0	0
Diário Catarinense	0	1	1
Diário da Manhã	0	3	3
Diário de Pernambuco	2	2	3
Diário do Amapá	0	1	0
Diário do Nordeste	1	2	1
Folha de Boa Vista	0	0	1
Folha de Londrina	0	0	1
Folha de Pernambuco	1	2	2
Folha de São Paulo	0	0	1
Gazeta de Alagoas	1	0	2
Hoje em Dia	1	1	0
Jornal da Tarde	0	1	1
Jornal de Brasília	2	4	0
Jornal do Brasil	2	2	5
Jornal do Comércio	1	0	0
Jornal do Commercio	2	0	5
O Dia	0	0	2
O Estado de Minas	0	0	1
O Estado de São Paulo	0	1	3
O Globo	1	1	6
O Povo	1	0	0
Tribuna da Imprensa	0	0	1
Valor Econômico	0	1	0
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>47</b>

Observou-se, no gráfico 2, que de 2004 a 2006 também houve um aumento no número de jornais que abordaram o tema da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, passando de 13 jornais em 2004 para 23 jornais em 2006.

**Gráfico 2 - Distribuição dos jornais por ano\***

\* Admiti respostas múltiplas

Esses dados demonstram que o tema vem ganhando visibilidade, o que possibilita um maior debate junto à sociedade.

Uma das possíveis explicações para esse fato são os avanços no âmbito da saúde pública, da segurança pública, do judiciário e na esfera do conhecimento. Podemos citar como marcos desse período: a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em 2004; a Norma Técnica do Ministério da Saúde para a “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra a Mulher e Adolescente”, em 1998, atualizada em 2005; a criação de Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) e Delegacia Especiais de Atendimento a Mulher (DEAMs), em 1985; e a aprovação da nova lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha de combate à violência contra a mulher.

### 3.1.3 – Jornais por região, estado e ano

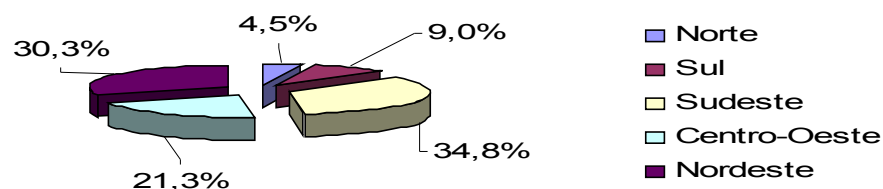
Dos jornais analisados verificou-se que as regiões Nordeste e Sudeste foram as que tiveram o maior número de reportagens (Tabela 4).

**Tabela 4 – Distribuição das reportagens por região**

<i><b>Região</b></i>	<i><b>Número de reportagens</b></i>
Centro-oeste	19
Nordeste	27
Norte	4
Sudeste	31
Sul	8
<b>Total</b>	<b>89</b>

Do total das reportagens 34,8% foram publicadas na região Sudeste enquanto na região Norte apenas 4,5% do total das reportagens (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Distribuição das reportagens por região**



Nesta análise foi possível identificar que na região Norte o tema da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo ainda tem pouca visibilidade. Todavia, na região Norte há números consideráveis de violência de gênero contra a mulher, conforme menciona a Dr.<sup>a</sup> Ida Perra da FEBRASCO no II Fórum da Região

Norte ao apresentar o painel do lamentável quadro de violência que acomete às mulheres da região independente de classe social, etnia, cultura, ou religião. A mesma aponta para a necessidade de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher que segundo ela não se trata de uma simples briga entre “marido e mulher” (IPAS – Brasil, 2002).

Atualmente, existem propostas por parte do governo federal em priorizar três estados da região Norte: Tocantins, Pará e Amazonas. Segundo a ministra da SPM Nilcéia Freire, a idéia é ampliar o atendimento à mulher em situação de violência nesta região, e acrescenta que a aplicação de recursos no Norte do Brasil é menor, mas menciona que nos estados onde há pressão dos movimentos sociais e organismos de políticas para as mulheres chegam mais projetos. Nesses casos, as pessoas conhecem os caminhos e se organizam, o que acaba perpetuando as desigualdades regionais (Agência Brasil, 2007).

Ao analisar as reportagens, percebeu-se que na região Centro-oeste houve um aumento em 2005 e uma diminuição em 2006 no número das reportagens que abordaram o tema, diferente das regiões Sudeste e Sul que tiveram um aumento no ano de 2006 (Tabela 5).

**Tabela 5 - Distribuição das reportagens por regiões e por ano**

<b>Região</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Centro-oeste	4	9	6
Nordeste	8	6	13
Norte	0	2	2
Sudeste	5	6	20
Sul	1	1	6
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>47</b>

O fato de no ano de 2006 e nas regiões Sudeste e Nordeste terem mais reportagens publicadas pode estar relacionado ao investimento em pesquisas nessas regiões, e/ou ao crescimento de instituições que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher. Também pode estar relacionado ao aumento da preocupação por

parte da população, conforme mostra uma pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão em 2006. Essa pesquisa aponta que a população está mais preocupada com a violência contra a mulher em 2006. Nessa pesquisa do IBOPE foram realizadas 2.002 entrevistas em todos os estados brasileiros, capitais e regiões. O estudo mostrou que na região Sudeste o nível de preocupação aumentou, passando de 43% 2004, para 56% em 2006 (Instituto Patrícia Galvão, 2006).

Quanto às reportagens analisadas, observa-se que no ano de 2004 e 2005 os jornais do Distrito Federal e de Pernambuco foram os que mais publicaram, já em 2006 o maior número de reportagens ficou concentrado no estado do Rio de Janeiro (Tabela 6).

Também foi possível verificar que, dos 27 estados, apenas 16 tiveram publicações, destacando-se os jornais dos estados do Rio de Janeiro, com 20 reportagens, e de Pernambuco, com 16 reportagens. Isso não significa que nos outros estados a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo ocorreu em menor escala, mas que esse tema pode não ter tido a mesma visibilidade que teve nesses estados.

**Tabela 6 - Distribuição das reportagens por estados e por ano**

<b><i>Estados</i></b>	<b><i>2004</i></b>	<b><i>2005</i></b>	<b><i>2006</i></b>	<b><i>Total</i></b>
Alagoas	1	0	2	3
Amapá	0	2	0	2
Amazonas	0	0	1	1
Bahia	0	0	3	3
Ceará	2	2	1	5
Distrito Federal	4	4	1	9
Goiás	0	3	3	6
Mato Grosso	0	2	2	4
Minas Gerais	1	1	1	3
Paraná	0	0	1	1
Pernambuco	5	4	7	16
Rio de Janeiro	3	3	14	20
Rio Grande do Sul	1	0	2	3
Roraima	0	0	1	1
Santa Catarina	0	1	3	4
São Paulo	1	2	5	8
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>47</b>	<b>89</b>

É importante mencionar que no estado de Pernambuco, mais de 300 mulheres – quase uma por dia – foram assassinadas, em sua maioria, por seus próprios parceiros. Inconformadas com essa situação, que piorou nos últimos dois anos, diversas entidades, organizações não-governamentais, grupos populares e universitário, que integram o Fórum de Mulheres de Pernambuco, saíram às ruas para protestar e tentar mudar a realidade. O Fórum mostra que esses números vêm aumentando a cada ano. No ano de 2004, o número de caso de violência contra a mulher era de 276, já em 2005 passou para 290. (Fórum da sociedade civil de combate à violência contra a mulher em Pernambuco, 2007).

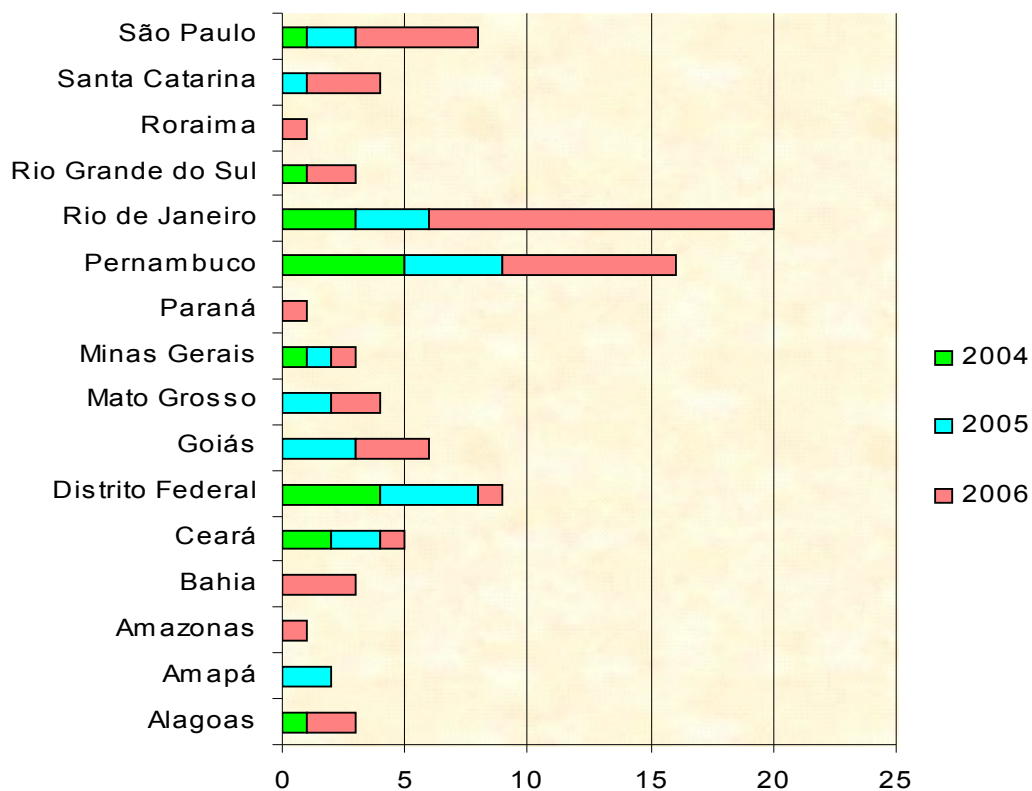
Quanto ao estado do Rio de Janeiro, também houve um aumento da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, segundo o Dossiê Mulher 2 em 2007. As análises dos dados relativos a esse ano demonstraram que as mulheres continuam sendo as maiores vítimas em crimes como atentado violento ao pudor (66,2%), ameaça (61,2%) e lesão corporal dolosa (58,8%). Quase metade das mulheres vítimas de ameaças (45,5%) tinham como autor o companheiro ou ex-companheiro. Em lesão corporal dolosa, 50,1% dos acusados eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas, o que revela que, pelo menos metade dos casos de lesão corporal dolosa contra mulheres se caracterizava como “violência doméstica”. Vale lembrar que no ano de 2006, 12% do total de casos de lesão corporal dolosa ocorridos no estado do Rio de Janeiro eram provenientes de violência doméstica, dos quais quase 87% tinham mulheres como vítimas.

Um dado mostrado pelo gráfico 4, é que no Distrito Federal e no Ceará, diferentes dos outros estados, tiveram uma diminuição no número de reportagens publicadas em 2006, o que pode estar relacionado ao investimento em políticas de enfrentamento ao combate a violência contra a mulher. Cabe ressaltar que no Distrito Federal foi criada a primeira vara especializada no país para cuidar da violência doméstica e familiar (Portal da violência contra a mulher, 2007).

Um outro dado é que os estados de Roraima, Paraná, Bahia e Amazonas tiveram publicação apenas no ano de 2006, isso mostra que, de certa maneira, os casos de violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo vêm adquirindo, ainda que recentemente, destaque nas publicações dos jornais desses estados.

Esta visibilidade no ano de 2006 pode estar relacionada à divulgação das campanhas e à preocupação dos órgãos governamentais e não governamentais em promoverem eventos que alertem a sociedade sobre a grave ocorrência da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo.

**Gráfico 4 – Distribuição das reportagens por estado e por ano**





### 3.2. Abordagem da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo

A discussão acerca do tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo e as suas múltiplas expressões tem recibo, atualmente, destaque tanto na esfera do conhecimento quanto na sociedade como um todo. A violência contra a mulher é comum em diferentes regiões e atinge mulheres de todas as classes sociais, etnias, faixa etária, orientações religiosas, situações conjugais, condições sociais e culturais.

Nesse estudo foi possível perceber que a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo vem recebendo, gradativamente, destaque nos mais diferentes meios de comunicações, dentre eles a mídia escrita. Mas é importante destacar que as reportagens de violência contra a mulher publicados em cada jornal tiveram, de certo modo, formas diferenciadas ao abordar o tema. Alguns deram ênfase apenas à descrição dos casos, já outros foram além, fazendo críticas, trazendo argumentações e resultados de pesquisas para complementarem os seus conteúdos.

Observou-se também que as reportagens relacionadas ao tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo ganham destaque quando estão vinculados a casos reais de violência, principalmente quando o agressor ou a mulher agredida é uma pessoa famosa. Ou seja, há ainda um número muito reduzido de reportagens que dão enfoque às repercussões das campanhas, aos resultados das pesquisas, ou às políticas públicas. Segundo Sanematsu,

*hoje, a mídia, especialmente a imprensa, já pauta o tema com mais seriedade. E, embora uma boa parte das notícias ainda seja publicada nas páginas policiais, já é mais freqüente a adoção de outras abordagens, que apresentam o tema da violência contra a mulher como questão de saúde, de direitos e de políticas públicas. (2006: 01).*

Nesse sub-capítulo serão analisadas as seguintes categorias: **os conceitos; as explicações; os tipos de violência, o vínculo com agressor e o local de ocorrência; a linguagem utilizada e outros atores envolvidos;** além da **articulação com as políticas públicas.**

### 3.2.1 – Os conceitos e as explicações para a ocorrência da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo

#### 3.2.1.1 – Os conceitos

A análise dos jornais que abordaram violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo demonstrou que, do universo de 89 recortes de jornais no período de 03 anos, apenas 12 jornais abordaram o conceito de violência de gênero, o que permitiu identificar 01 único núcleo de sentido: **resultado da cultura patriarcal**.

*A violência de gênero incide principalmente sobre a mulher e se relaciona com uma sociedade que já acabou, era patriarcal, mas que deixou marcas. “As mudanças no papel da mulher de certa forma causam revolta nos homens, que são acostumados com hierarquia e poder”, avalia a doutora em Sociologia e professora dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade de Fortaleza (Unifor), Inês Detsi. “Também existe uma questão cultural, a mulher é mais valorizada quando tem um marido. Psicologicamente, ela acha que não vai dar conta de manter a família sozinha. É um somatório de coisas” afirma. (Rep14. Diário do Nordeste 2004 Nov 25).*

*A experiência deixou incontáveis seqüelas e apenas uma certeza: o machismo precisa ser banido do mundo. - Isso vai levar tempo, muito tempo, por ser uma questão cultural de altíssima complexidade - observa a socióloga Ana Paula Mendes de Miranda, presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP). (Rep37. Jornal do Brasil 2006 Nov 19).*

O núcleo de sentido **resultado da cultura patriarcal** pode ser dividido em dois significados: ideologia da dominação masculina e questão do sistema capitalista.

A ideologia da dominação masculina abordada nas reportagens dos jornais está associada os papéis femininos e masculinos que são produzidos e reproduzidos na nossa sociedade, baseada nas relações desiguais de gênero, em que a mulher ideologicamente ocupa uma condição inferior e de subalternidade à condição do homem.

*É natural que tenha sido assim, como regra geral, pois o patriarcalismo criou uma situação desigual entre os gêneros masculino e feminino, pondo a mulher*

*em posição de subalternidade em relação ao seu companheiro. (Rep22.Folha de São Paulo 2006 Out 05).*

*Nunca é demais registrar nosso inconformismo, no esforço para que tal fenômeno não se banalize, pois expressa as relações sociais de gênero, em nossa sociedade, relações desiguais e violentas entre mulheres e homens, onde a mulher continua sendo a mais vulnerável. (Rep06. O Globo 2004 Nov 15).*

A violência de gênero está relacionada ao papel do homem e da mulher que são construídos ideologicamente ao longo das relações sociais. Teles e Melo (2002), mencionam que:

*A violência de gênero é uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens são consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (...). (2002: 18).*

Segundo Chauí (1985), a violência contra a mulher é resultado de uma sociedade machista, da ideologia de dominação masculina. A autora define violência contra a mulher como uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. Neste sentido, a mulher torna-se apenas um “objeto” e não um “sujeito” perdendo sua autonomia, ou seja, sua liberdade, entendida como capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir.

*Há que ressaltar, também, o problema do "machismo", que por vezes está presente em homens que se comportam de forma violenta com relação às suas companheiras, esposas e mulheres do seu meio profissional e social. É como se houvesse sempre um desejo irresistível de "anular" a figura da mulher com quem se defrontam. E assim o fazendo se sentem eles "menos inferiores". (Rep11. Tribuna da Imprensa 2006 Abr 08).*

Também foi identificada nas reportagens dos jornais a relação entre a violência contra a mulher e o sistema capitalista. Isso se ancora em uma outra corrente teórica que orienta os trabalhos sobre a violência contra a mulher, relacionando à exploração e ao lucro, do qual o principal beneficiado é homem.

*Mas não se deve depreciar o namoro ou casamento. Primeiramente, porque a violência entre os casais é retrato de uma conjuntura histórica que discrimina a*

*mulher e supervaloriza a "força" do homem. Segundo, também, uma amostra da anêmica relação humana existente na sociedade capitalista, que precisa ser melhorada, por arrastar homens e mulheres na correnteza do lucro, da vantagem de um sobre o outro, da inveja, do prazer sem limite e da insatisfação. O que provoca competição e violência além casamento. (Rep40. A Notícia 2006 Dez 03).*

Para Saffioti (1987), a dominação masculina está vinculada aos sistemas capitalista e racista, ou seja, está relacionada a um sistema de exploração que diz respeito diretamente ao terreno econômico. Para a autora, a violência contra as mulheres resulta da socialização machista dentro de uma relação desigual de poder do homem, o qual se julga no direito de espancar a sua mulher.

É preciso mencionar que atualmente o conceito de violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo que tem como base apenas a sociedade patriarcal, tem recebido críticas, pois é necessário considerar outros elementos relacionados à dinâmica da sociedade.

Izumino (2005) aponta que a “violência de gênero” vem sendo usada como sinônimo da “violência contra as mulheres”, sem haver uma mudança conceitual. Para autora, o paradigma do patriarcado deve ser abandonado, pois o termo é insuficiente para explicar as mudanças dos papéis sociais e do comportamento de muitas mulheres diante da violência. Izumino explica que as mulheres em situação de violência não são apenas vítimas, mas também sujeitos com capacidade para reagir à violência sofrida. Deste modo, quando definem violência de gênero como uma relação patriarcal, o poder torna-se estático, como se as mudanças não ocorressem. É preciso considerar as relações entre homens e mulheres nas sociedades, com a dinâmica de poder e não mais como resultado da dominação de homens sobre mulheres, estática, polarizada.

A violência de gênero na nossa sociedade ainda é muito presente, é importante que a mídia escrita, em especial os jornais, possa trazer cada vez mais essa discussão e colocá-la no cotidiano de nossa sociedade. A violência contra a mulher é algo histórico pertencente às raízes culturais da nossa sociedade.

### 3.2.1.2 – As explicações

Nesse estudo também foi possível identificar as explicações para a ocorrência da violência de gênero contra a mulher. Ao analisar as reportagens abordadas pelos jornais, identificou-se 04 núcleos de sentidos: (1) **relações conjugais e familiares**; (2) **dependência financeira da mulher**; (3) **fatores psicológicos**; e (4) **Uso abusivo de álcool e drogas**.

Na análise dos conteúdos dos recortes de jornais foi possível perceber que o primeiro núcleo de sentido, **relações conjugais e familiares**, está associado a problemas na infância, ao ciúme obsessivo e a não aceitação da separação. Essas foram algumas das explicações dos casos abordados pelos jornais para justificarem a violência de gênero contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo.

*Inconformado com a separação (...), "Meu marido achou que eu o estava traindo, aí ele bebeu, me quebrou e quebrou tudo dentro de casa: mesa, geladeira e até as lâmpadas". "Os homens praticam a violência por sentimento de posse e não por amor", diz a delegada, acrescentando que os agressores, muitas vezes, são dependentes das companheiras e têm medo de serem abandonados por elas. (Rep10. Folha de Pernambuco 2004 Nov 21).*

*Relacionamentos conturbados, ciúmes ou casos de separações sem a aceitação do companheiro são situações que, em muitos casos, podem pôr em risco a vida da mulher. (Rep15. Correio da Bahia 2006 Jul 14).*

*"Ele dizia que tinha sido traído e batia tanto nela que chegava a dar dor na alma da gente". Inconformado com a separação, desempregado fez a ex-mulher e 55 pessoas reféns dentro de um coletivo na Via Dutra, por dez horas e 25 minutos. (Rep30. Jornal do Comércio – PE 2006 Nov 11).*

Ao analisar as reportagens dos jornais foi possível identificar que a violência contra a mulher está relacionada a um conjunto de fatores, um deles pode estar relacionado a problemas na infância.

*(...). A delegada também aponta problemas vividos durante a infância como fator que pode levar à violência doméstica. "Muitos já vivenciaram cenas de agressão dentro de casa durante a infância", disse a delegada, citando que uma pesquisa da Sociedade de Vitimologia identificou que cerca de um quarto dessas crianças tendem a perpetuar a violência na idade adulta. (Rep10. Folha de Pernambuco 2004 Nov 21).*

Segundo a OMS (2002), ao demonstrar uma pesquisa realizada em Dunedin, concluiu que a pobreza familiar na infância e na adolescência, o baixo rendimento na vida escolar e a delinquência agressiva na faixa etária de 15 anos dão indícios de que, na fase adulta, esses indivíduos podem se tornar perpetradores de violência contra suas parceiras. Um outro estudo, também mostrado pela OMS, realizado no Brasil e em outros países, demonstrou que os homens que apanham quando criança ou que presenciaram sua mãe apanhar tendem a praticar violência contra a mulher.

Nos recortes de jornais também se pode verificar que os casos de violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo estão relacionados ao ciúme obsessivo, ou a não aceitação da separação por parte do parceiro íntimo.

*Ciúme obsessivo, impaciência, ignorância. Por esses motivos Maria da Silva (nome fictício), 20 anos, acredita que o marido a surrou por dois anos e quatro meses. (...). As primeiras brigas começaram porque ele não queria me deixar trabalhar, se não fosse como doméstica. Mas arranjei um emprego de vendedora numa loja de utilidades, justo no período de final de ano. Por isso fechava tarde. A primeira vez que me bateu ele estava bêbado. Foi porque cheguei 20h em casa, contou Maria que só resolveu denunciar as surras mais tarde. (Rep05. A Gazeta de Cuiabá 2005 Mar 09).*

*Entende-se por passional o homicídio praticado por ciúme, por possessividade, pela incapacidade de aceitação do fim de um relacionamento amoroso. Em geral, é uma conduta própria do homem, que se sente possuidor da mulher e com direito de vida e morte sobre ela. O motivo fútil é o irrelevante, é quase a falta de motivo para a prática da agressão. Compara-se o motivo fútil com motivo nenhum. Por exemplo, matar alguém por causa de um pisão no pé. Já o motivo torpe é sinônimo de vilania, ódio, vingança. (Rep22. Folha de São Paulo 2006 Out 05).*

O ciúme obsessivo também se configura como um dos motivos mais freqüentes para a prática da violência contra a mulher. Segundo Soares (2006):

*(...) homens com uma auto-imagem vulnerável, acometidos por profundos sentimentos de inaptidão, por se sentirem longe do ideal de masculinidade estabelecido pela sociedade, têm recorrido à utilização da violência como forma de provar sua masculinidade, demonstrando um ciúme extremado. A insinuação de adultério ou traição agrava-se na mente do homem, principalmente, se a mulher trabalha fora de casa, estuda, (...). Qualquer ação que leve ela a sair de casa é motivo para insinuar a existência de um outro relacionamento afetivo fora do lar, com outro homem. (Soares et al, 2006: 80).*

A não aceitação da separação por parte do parceiro íntimo, também se configura como um dos motivos para violência contra a mulher. Cemin et al (2003) mencionam que a proposta de separação na maioria das vezes é por parte da mulher, e quase sempre o homem não aceita o fim do relacionamento. Deste modo, a ameaça de morte, as agressões físicas e a pressão para retomar a união são uma constante por parte dos parceiros íntimos.

O segundo núcleo de sentido, ***dependência financeira da mulher***, está relacionado à dependência geradora da subordinação da mulher em relação ao seu parceiro íntimo.

*A partilha do dinheiro que seria adquirido com a venda de uma casa foi a causa da morte da dona de casa Sônia Glória de Sousa Siqueira. (Rep10. Diário da Manhã 2005 Abr 04).*

*A psicóloga Gérley afirma que fatores sócio-econômicos tornam a análise do relacionamento de um casal mais complexa. Alcoolismo, drogas, jogos, machismo, dependência financeira e proteção dos filhos fazem parte da rotina. "Gera desgaste, principalmente na classe mais baixa", pontua Gérley. (Rep03. Diário da Manhã 2006 Fev 17).*

*Ele dizia que gastava muito dinheiro comigo e que não tínhamos filhos, e então me batia. (Rep07. Amazonas em Tempo 2006 Mar 08).*

*A dependência financeira atinge segundo Gabriela, 80% dos casos, mas não é fator determinante para que não separem. Segundo Gabriela, muitas conseguem viver sozinhas, mas preferem continuar devido à dependência afetiva e por acreditarem na promessa que o agressor faz de que vai mudar. (Rep12. Folha de Boa Vista 2006 Abr 26).*

Uma possível explicação para a dependência financeira da mulher pode estar relacionada ao papel feminino, que é construído pela sociedade, ou seja, por uma sociedade machista em que a mulher desempenha apenas atividades domésticas e se coloca como dependente de seu companheiro, sendo este o provedor da casa.

Schraiber e D' Oliveira (1999) ressaltam que a dependência feminina, de modo geral, está arraigada na cultura de nossa sociedade, ressaltando o papel social que foi imposto à mulher – figura dócil, frágil, desprotegida – que de certo modo até os anos 80

era naturalizado pelas próprias mulheres, ou seja, as mulheres reconheciam em seus parceiros uma figura forte, viril e protetora. Para as autoras,

*(...) é a própria construção social do feminino denunciada e repudiada pelo movimento de mulheres e que constrói a concepção das mulheres como eternos “dependentes”. Pode, do ponto de vista histórico, explicar, sem eticamente justificar, tanto a cultura da “proteção” necessária (passando as próprias mulheres a se conceberem da mesma forma e conceberem seus companheiros como “os provedores”), proteção que não se confunde como “cuidado”, quanto a cultura de os sujeitos dependentes, sempre infantilizado como sujeitos sociais, (...). (Schraiber e D’ Oliveira, 1999: 15).*

A dependência financeira está muito mais relacionada aos motivos de não denunciarem a violência ocorrida ou de permanecerem no relacionamento violento, do que propriamente a possível causa da violência. Alguns estudos realizados, dentre eles o do Instituto Patrícia Galvão, mostra que uma das razões para a não-denúncia é a mulher depender economicamente do companheiro. Esse argumento mostrado pela pesquisa foi mais apontado pelas mulheres do que pelos homens. (Instituto Patrícia Galvão, 2006).

O terceiro núcleo de sentido, **fatores psicológicos**, está associado a problemas emocionais por parte do parceiro íntimo.

*A subsecretária se disse indignada com a tese adotada pela defesa, de que o crime foi cometido por amor e que Pimenta Neves estaria emocionalmente abalado e, por isso, agido sob forte emoção. (Rep13. O Globo 2006 Mai 06).*

Diversos estudos já foram realizados na tentativa de descobrir se a violência de gênero, mais especificamente a violência contra mulher perpetrada por parceiro íntimo, está relacionada a problemas psicológicos por parte do perpetrador. Segundo a OMS (2002), foi realizada uma pesquisa no Canadá e nos Estados Unidos que demonstrou que há uma maior possibilidade dos homens agredirem suas esposas caso sejam emocionalmente dependentes, inseguros e tenham baixa auto-estima. Desse modo, encontram mais dificuldades em controlar seus impulsos. Mas ainda assim, a proporção de agressão praticada por parceiro que tem algum vínculo com uma psicopatologia



parece ser relativamente pequena em cenários onde a violência de gênero é comum. (OMS, 2002).

É importante mencionar que esse tipo de explicação, abordada pelos jornais, que tem como base o transtorno emocional, muitas vezes são meramente argumentos de defesa por parte do perpetrador, pois é preciso levar em consideração outros fatores que estão relacionados à violência contra a mulher, dentre eles os aspectos sócio-culturais que definem papéis desiguais para homem e mulheres.

O último núcleo de sentido, **uso abusivo de álcool e drogas**, foi o mais abordado pelos diversos jornais, visto que a dependência química aparece também de modo secundário nas outras explicações da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo.

*A partir do momento em que fiquei grávida, ele virou um monstro. Segundo a psicóloga Tânia Ferrone, o álcool, drogas, desemprego estão entre os principais fatores que desencadeiam as agressões. Ela diz que é difícil saber se o que aumentou foi a violência ou as denúncias, e lembra que a divulgação pela mídia estimula as mulheres a procurarem ajuda. (Rep05. Correio popular 2004 Set 13).*

*Ainda segundo ela, as cenas de violência do marido sempre foram constantes em seus 11 anos e meio de relacionamento, principalmente quando o cônjuge bebia. (Rep15. Diário de Pernambuco 2004 Nov 26).*

*Ana Maria passou a ser vítima de espancamentos por parte do pai de seus filhos, sempre que ele chegava em casa alcoolizado. (Rep11. Valor Econômico 2005 Abr 25).*

*Segundo a delegada Mirian, o álcool é responsável por 80% das agressões sofridas pelas mulheres. "É um ingrediente explosivo. Já começo a pensar que é responsável até por 90% dos casos", diz. As ameaças se tornam físicas com a ajuda de uma dose. (Rep03. Diário da Manhã 2006 Fev 17).*

O uso de drogas e o uso excessivo de bebidas alcoólicas podem estimular as brigas entre os casais e tornar o agressor muito mais violento. Segundo OMS (2002), um indicador de risco para a violência de gênero pode está associada ao uso de bebida alcoólica pelos homens.

Desse modo, os parceiros íntimos quando estão embriagados tendem a cometer violência contra a mulher. Mas é importante ressaltar que muitas vezes antes de beber

ou utilizarem drogas para cometer tal agressão, os parceiros íntimos já tinham a intenção de agredir suas parceiras.

Além disso, existem controvérsias em relação ao uso do álcool e a violência, bem como se tal relação é realmente casual. Muitos acreditam que o uso de álcool é apenas um fator situacional, que pode aumentar a violência (OMS 2002).

É importante salientar que todas essas explicações, classificadas nos núcleos de sentidos a partir dos textos encontrados nas reportagens, não são fatores determinantes para a ocorrência da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, pois diante dessas explicações simplificadas existem razões primordiais que estão relacionadas às diferenças de gênero e à cultura. Segundo Minayo (1999), a violência contra a mulher está relacionada à distribuição desigual de poder, ou seja, às relações assimétricas que se estabelecem entre homens e mulheres, provocando a desvalorização do feminino e sua subordinação ao masculino.

### **3.2.2 – Os tipos de violência de gênero, o vínculo com o agressor e o local de ocorrência**

#### **3.2.2.1 – Os tipos de violência de gênero**

A violência de gênero contra a mulher se refere a qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais e psicológicos, seja na vida privada ou pública.

Na análise dos recortes de jornais foi possível identificar os seguintes tipos de violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo: violência física, violência sexual, violência psicológica e violência doméstica (Quadro 1).

**Quadro 1 – Distribuição das reportagens por tipos de violência**

<b>TIPOS/ANO</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>%</b>
Violência física	11	11	30	58,4
Violência doméstica	01	03	02	6,7
Violência psicológica	00	01	02	3,3
Violência sexual	00	00	00	0
Violência física e psicológica	04	02	12	20,2
Violência física e sexual	00	03	00	3,3
Violência psicológica e sexual	01	00	00	1,1
Violência física, psicológica e sexual	01	04	01	6,7
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>24</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

Nas reportagens analisadas, a violência física aparece com maior frequência isoladamente, além de aparecer combinada com os demais tipos de violência.

A violência física durante os três anos foi a que esteve presente no maior número de reportagens dos jornais, totalizando no período dos três anos 58,4% do universo analisado.

A violência física, uma das expressões da violência de gênero, é a mais evidente e difícil de esconder. Talvez por esse fato, a violência física tenha obtido mais destaque na mídia, pois é o tipo de violência que as mulheres mais denunciam, logo a possibilidade de se tornar público é muito maior. A violência física é o ato de agredir deixando marcas como hematomas, cortes, arranhões, manchas e fraturas, assim como quebrar seus objetos, utensílios e móveis, rasgar suas roupas, esconder ou rasgar seus pertences e documentos, e trancar a mulher em casa (Gomes et al, 2005).

*Braz quase matou a mulher em casa, ao bater repetidamente seu rosto contra os azulejos do chão e as paredes. Rania sofreu 13 fraturas na face e já fez 12 operações. (Rep03. Jornal do Brasil 2004 Jul 06).*

*Ana Flávia, 23 anos, é agredida fisicamente pelo marido há nove anos "Eu não trabalhava e se denunciasse, ele ia ficar sabendo. Eu ia apanhar mais e não tinha para onde ir". (Rep21. Jornal de Brasília 2005 Out 02).*

*O companheiro tentou estrangulá-la, ateou fogo na casa e transformou em cinzas todos os pertences do casal. (Rep24. A Notícia Santa Catarina 2006 Out 14).*

Ao analisar as reportagens pode-se perceber que muitas mulheres em algum momento da sua vida já sofreram violência física. Outras pesquisas realizadas também demonstram que a violência física perpetrada por parceiro íntimo é muito freqüente, como mencionam Garcia-Moreno & Heise (2002) ao demonstrarem através dos dados de 48 pesquisas realizadas com populações do mundo todo que 10% a 69% das mulheres relatam ter sofrido agressão física por um parceiro íntimo em alguma ocasião de suas vidas.

Ao analisar as reportagens verificou-se também que a violência física geralmente está seguida da psicológica e da sexual.

*Agressões físicas e verbais, sustos, perseguições no meio da rua, ameaças de morte. Fiquei traumatizada. "Mais do que a violência física, fiquei psicologicamente arrasada". (Rep05. Correio Popular 2004 Nov 13).*

*Davi queria manter relações sexuais com a ex-mulher à força (...) Jaqueline recusou-se e foi espancada. Jaqueline e os vizinhos temem que Davi volte e cumpra a ameaça. (Rep06. Jornal de Brasília 2005 Mar 09).*

*O cárcere, mantido com ameaças de morte que incluíam o sepultamento da vítima em uma cova rasa dentro do imóvel, "Ele colava minhas mãos para trás, amarrava e me abusava". (Rep08/2006).*

Violência psicológica e violência doméstica tiveram, isoladamente, números reduzidos de reportagens nos jornais, 3,3% e 6,7% respectivamente. Como mencionado anteriormente, esses tipos de violência frequentemente vêm acompanhados de outros tipos de agressão, como é caso da violência física combinada com a violência psicológica que esteve presente em 20,2% das reportagens publicadas.

*Mais uma mulher foi vítima de violência doméstica no Recife. Rosilene Bernardo da Silva, 23 anos, foi agredida no rosto pelo companheiro. (Rep02. Folha de Pernambuco 2005 Mar 07).*

*De acordo com o registro de ocorrência 915-02795/06, a mãe de Cristina, Eunice Ribeiro, procurou o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) da PM de Austin. Um policial militar chegou a ir à casa de Luís André a procura de Cristina, sendo informado pelo cunhado dele que ela estava sendo coagida*

*pelo camelô. Libertada, Cristina procurou a delegacia e fez o registro no dia 6 de agosto. A atitude de Cristina fez com que o ex-companheiro a procurasse armado, na porta do colégio onde os filhos estudam, em Austin, no dia 11 de setembro, três meses depois da separação. Ele teria dito que a mataria, caso ela não desistisse de processá-lo por cárcere privado. Mais uma vez, contrariando-o, Cristina procurou a Deam de Nova Iguaçu, conforme o registro de número 915-03301/06, informando a ameaça. Apesar de o crime ter ocorrido na rua, ela não apresentou testemunhas. (Rep28. O Globo 2006 Nov 11).*

A violência sexual, segundo a OMS (2002), é todo ato sexual não desejado ou não consentido, com a utilização ou comercialização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção. Nos jornais analisados não houve nenhum tipo de reportagem que mencionasse isoladamente a violência sexual, isso ocorre devido a invisibilidade desse tipo de violência, pois de certo modo há uma dificuldade de reconhecê-la como uma agressão perpetrada por parceiro íntimo, reforçando o imaginário social de que o sexo no casamento é uma obrigação da esposa. Mas é importante salientar que a violência sexual perpetrada por parceiro íntimo é comum em diferentes regiões e é relevante na sociedade tanto pela sua alta incidência como pelo seu impacto na vida sexual e reprodutiva (Cavalcanti, 2004).

### **3.2.2.2 – Vínculo com o agressor**

As formas mais comuns de violência de gênero contra a mulher normalmente são praticadas por seu parceiro íntimo, seja ele marido ou ex-marido, companheiro ou ex-companheiro, namorado ou ex-namorado. De acordo com a análise das reportagens, o marido é o principal agressor (Quadro 2).

**Quadro 2 – Distribuição das reportagens por vínculo com agressor \***

--	--	--

AGRESSOR	TOTAL DAS REPORTAGENS	%
Marido	35	37,6
Companheiro	16	17,2
Namorado	04	4,3
Parceiro íntimo não especificado	12	12,9
Ex-parceiro íntimo	26	27,9
Total	93	100

\* Admite respostas múltiplas

Ao analisar as reportagens publicadas nos jornais pode-se perceber que 37,6% dos agressores são os próprios maridos e 27,9% tem como agressores os ex-parceiros íntimos.

*Mais de 53% das mulheres vítimas de agressões graves viviam há mais de 10 anos com o agressor. A revelação é de estudo realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), do Rio de Janeiro. Foram ouvidas 684 mulheres, com média de idade de 37 anos. (Rep01. O Povo 2004 Jun 24).*

*Esta é uma história, como muitas outras, de uma mulher que sobreviveu à violência perpetrada pelo marido, com quem partilhou um projeto de vida. (Rep13. Jornal do Brasil 2004 Nov 25).*

*Políciais encontraram a vítima, que foi mantida no local pelo ex-companheiro durante oito dias sob ameaça de morte. (Rep08. Diário de Pernambuco 2006 Mar 17).*

*O principal suspeito do crime é o ex-marido. (Rep26. O Globo 2006 Nov 11).*

Em 17,2% das reportagens o companheiro é o perpetrador da violência contra a mulher e em 4,3% o namorado.

*Família da vítima acusa o namorado da vítima de cometer o crime, o soldado Ivan. (Rep11. Jornal do Commercio – PE 2004 Nov 23).*

*Elas foram assassinadas a tiros pelo vendedor ambulante Onofre Martins de Sousa, 61, companheiro de Martinha. (Rep17. Jornal de Brasília 2004 Nov 27).*

*Ela foi agredida a socos e ameaçada de morte pelo companheiro Davi Rodrigues Oliveira. (Rep06. Jornal de Brasília 2005 Mar 09).*

*O suspeito de praticar o crime é Cícero Marcos Pereira da Silva, 35, então namorado da vítima. (Rep45. Diário da Manhã 2006 Nov 07).*

Ao analisar o vínculo do agressor nas reportagens dos jornais constatou-se que marido, companheiro, namorado e ex-parceiros íntimos são os principais agressores das mulheres. Estes dados também são confirmados em diversas pesquisas, como por exemplo, a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2002, que menciona que a cada 15 segundos uma mulher é espancada pelo marido ou companheiro no Brasil. Em uma outra pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2001 foi constatado que o maior agressor das mulheres são os próprios maridos, companheiros, ex-maridos e ex-companheiros. Esse estudo também chama atenção para a denominação da “violência de gênero” ou “violência doméstica” que estão relacionadas a violência praticada pelos maridos ou companheiros contra suas parceiras. (Fundação Perseu Abramo, 2001).

A violência contra a mulher, em que o principal agressor é o próprio parceiro íntimo, ainda é muito comum e ocorre em todos os países, independente do grupo social, econômico, religioso ou cultural. Isso pode estar relacionada ao fato dessas mulheres estarem envolvidas emocionalmente com seus perpetradores ou porque dependem deles economicamente.

### **3.2.2.3 – Local de ocorrência**

Ao analisar a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo nas reportagens dos jornais, observou-se que 77,5% da violência ocorre no âmbito privado (Quadro 3), marcado pela violência física, psicológica e sexual.

**Quadro 3 – Distribuição das reportagens por local de ocorrência da violência**

<b>LOCAL DA VIOLÊNCIA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
---------------------------	--------------	----------

Privado	69	77,5
Público	17	19,1
Público e privado	03	3,3
Total	89	100

Os conteúdos das reportagens dos jornais mencionam que a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo ocorre geralmente no espaço privado.

*O crime ocorreu no dia 27 de setembro de 2001 no apartamento do casal, à Rua Vereador Geraldo Pereira, Bairro Padre Eustáquio, Noroeste de Belo Horizonte. (Rep05. Hoje em Dia Nov 2004 17).*

*No Brasil, a cada quatro minutos uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto e, no mínimo, 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país. As estatísticas são apenas números, mas é importante lembrar que cada um destes casos representa uma tragédia, uma vida em perigo, uma humilhação, um grande sofrimento. (Rep36. Diário Catarinense 2006 Nov 16).*

*São exatamente os homens que fizeram juras de amor os responsáveis por 53,2% dos espancamentos cometidos em 2005. Trocando em miúdos: as mulheres do Rio de Janeiro correm mais risco dentro de casa que no meio da rua. Pelos cálculos do ISP, a cada seis minutos e meio uma mulher sofre algum tipo de agressão no Estado do Rio de Janeiro. (Rep37. Jornal do Brasil 2006 Nov 19).*

A violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo no âmbito público também foi abordada pelos diferentes jornais como se pode observar em 19,1% das reportagens analisados.

*Perseguições no meio da rua, e não parou com os telefones ameaçadores. Tive que ficar 24 horas com alguém andando ao meu lado para me proteger. (Rep04. Correio Popular 2004 Set 13).*

*A violência aconteceu na madrugada do último domingo, dentro de um motel. (Rep16. Folha de Pernambuco 2005 Jul 26).*

As reportagens dos jornais também abordaram que a violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro ocorre tanto no âmbito privado quanto no público concomitantemente, isso foi observado em 3,3% das reportagens.



*Em fevereiro do ano passado, segundo a polícia, Lidiene apanhou de Marcos porque não aceitou visitar um amigo comum. Era domingo, os dois tinham voltado de um churrasco. Andavam com o filho, na época com nove meses. Brigaram enquanto lanchavam em um trailer em Ceilândia Sul. Por discordar do marido, ela levou murros no nariz, na testa e na nuca. A história ficou registrada em ocorrência aberta por agentes da Deam. Há mais de um ano, ela já pensava em deixar o companheiro. A decisão de ficar ao lado dele quase lhe custou a vida. Na noite deste sábado, Lidiene foi levada para o Hospital Regional de Samambaia depois de levar uma facada na barriga e três no pescoço - duas do lado esquerdo e uma abaixo da garganta. A violência dos ataques em casa se repetiu na rua. Mesmo ferida, ela conseguiu sair de casa, mas caiu a cerca de 5m do portão, na esquina. Testemunhas disseram que Marcos tentou atacá-la em público. (Rep09. Correio Braziliense 2006 Abr 03).*

As reportagens mostraram que a violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo pode ocorrer com maior frequência no âmbito privado. Este dado também foi verificado em uma publicação da Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, que mostra que o lugar menos seguro para a mulher é a sua própria casa. O estudo mostra que o risco de uma mulher ser agredida em casa pelo seu companheiro ou marido é nove vezes maior do que sofrer algum tipo de violência na rua (Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulheres, 2006).

### **3.2.3 – A linguagem utilizada e os outros atores envolvidos**

A análise da **linguagem utilizada** e dos **outros atores envolvidos** nos recortes de jornais foi importante para compreender se as reportagens possuíam uma reflexão crítica ou não acerca do tema, além de identificar quais eram as vozes mais ouvidas pelos jornais, isto é, quais eram os atores envolvidos nessas reportagens.

#### **3.2.3.1 – A linguagem utilizada**

Pode-se perceber que 68% das reportagens apresentaram uma reflexão crítica, de certo modo colocam o tema em discussão no cotidiano da sociedade, e chamam a atenção para o grave problema da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo nos dias atuais.

Ao analisar as reportagens, identificou-se quatro núcleos de sentidos: **conseqüências para a mulher; importância da denúncia; programas de redução da violência contra a mulher; e divulgação de pesquisas.**

O primeiro núcleo de sentido, **conseqüências para a mulher**, está associado ao prejuízo causado ao desenvolvimento da mulher nas esferas de sua vida pessoal, social e econômica.

*A violência contra a mulher é tão presente em nosso cotidiano que tornou-se um dos mais graves problemas sociais da atualidade. Os agravos causados pela violência atingem de forma negativa o desenvolvimento pessoal, social e econômico das mulheres maltratadas. A mulher que sofre violência apresenta forte tendência ao isolamento, estabelecendo-se um rompimento de vínculos afetivos e familiares. (Rep04. Jornal do Comércio – RS 2004 Jul 08).*

Observou-se que as reportagens chamaram a atenção para as conseqüências que a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo pode trazer para a vida da mulher, embora o jornal não explicita claramente que uma das principais conseqüências da violência está relacionada à saúde da mulher, ao seu bem estar físico e mental. Além disso, a mulher que é vítima de violência corre um risco maior de vir a ter uma saúde precária no futuro (OMS, 2002).

Segundo a OMS (2002), a violência contra a mulher pode trazer sérias conseqüências para sua saúde física (sintomas físicos e hematomas, cicatrizes), para sua saúde mental (tentativa de suicídio, depressão, ansiedade e fobias) e, principalmente, para sua vida reprodutiva, visto que as mulheres que vivem com parceiros violentos encontram mais dificuldades de se protegerem de uma gravidez indesejada ou mesmo de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, a violência também ocorre durante a gravidez, trazendo complicações tanto para a mulher quanto para o feto.

No segundo núcleo de sentido, **importância da denúncia**, foi possível identificar que a linguagem utilizada nas reportagens fazem uma reflexão do quanto é fundamental as mulheres denunciarem a violência sofrida. Este núcleo assume uma expressão relevante nos recortes de jornais.

*Apesar de reconhecer que a violência contra a mulher é um problema mundial e crescente, a titular da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Americana, Regina Castilho Cunha, contesta os dados do relatório. "Os números divulgados não batem com nossa realidade", afirma, frisando que a DDM tem registrado em torno de 1,2 mil casos até maio deste ano. Para ela, com a criação das DDM, há 18 anos, as mulheres ficaram mais conscientes de seus direitos e tendem a procurar mais o serviço, o que justifica o número crescente de denúncias. "O diferencial agora é que a mulher está reagindo" avalia, lembrando que a denúncia é uma arma de defesa para a mulher. (Rep05. Correio Popular – SP 2004 Set 13).*

*A cada dia, 40 mulheres procuram a Deam. Em duas horas, três mulheres, em média, são recebidas pelos delegados da especializada, que funciona 24 horas por dia. O medo de uma segunda agressão ainda é o maior inimigo do combate à violência contra a mulher. Não há uma ocorrência em que o agressor não jure de morte. (Rep20. Diário da Manhã – Go 2004 Set 13).*

*Agressões contra mulheres na Capital aumentaram 18,5% em 2005 e provocam revide das vítimas. Delegacia especializada registra assassinatos de maridos. Titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), em Goiânia, a delegada Míriam Aparecida Borges garante que não há preocupação com o índice de mulheres que contra-atacam. "Foram 151 estupros e 2.331 lesões em 2005. São casos isolados. Imagina se todas tentassem matar quem cometeu o crime?", indaga. Mas ela ressalta a necessidade de continuar o trabalho de conscientização dos homens. As ocorrências aumentaram de 6.030, em 2004, para 7.147, em 2005. "Cada vez mais as esposas perdem o medo de denunciar", afirma. (Rep03. Diário da Manhã – GO 2006 Fev 17).*

O fato de os jornais chamarem a atenção para a importância de denunciar a violência contra a mulher pode estar relacionado às mudanças ocorridas tanto na segurança pública como no judiciário. A criação das Delegacias de Mulheres foi o advento que propiciou que mais mulheres pudessem denunciar, embora muitas mulheres ainda não tenham coragem para fazê-la. Um dos principais fatores apontados pelos jornais, assim como pelas diferentes publicações, é que muitas vezes as mulheres que denunciam sofrem mais violência quando voltam para casa e muitas delas são assassinadas pelos seus parceiros. Com a criação da lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, há possibilidades de modificar esse quadro e mais mulheres denunciarem, pois, entre as mudanças da lei, os perpetradores condenados a prisão poderão ter a pena máxima de até três anos e não haverá mais pagamento de multa ou de cestas básicas.

O terceiro núcleo de sentido, ***programas de redução da violência contra a mulher***, refere-se a importância de criar mecanismo para reduzir a violência contra a mulher.

*O reconhecimento, por parte do Estado, de que a dimensão da violência praticada contra a mulher é da maior importância, não se restringindo às quatro paredes do lar, veio com a instalação, há quase 20 anos, da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, em São Paulo. O conceito da igualdade e da dignidade da pessoa humana foi em seguida consagrado pela Constituição da República. O Brasil perfilou-se, então, com as propostas mais arrojadas de combate à violência doméstica e sexista. Sabemos, contudo, e vemos diariamente que ainda falta atenção dos poderes públicos, de forma a garantir eficiência na defesa dos direitos fundamentais da mulher-vítima. (Rep06. O Globo 2004 Nov 15).*

*Esta é uma história, como muitas outras, de uma mulher que sobreviveu à violência perpetrada pelo marido, com quem partilhou um projeto de vida. Dar um final feliz a essas histórias não depende apenas de um ato de vontade. Elas não precisam apenas de nossa solidariedade e, muito menos, de um olhar piedoso. Elas necessitam de ações e medidas concretas do Estado, dos governos e da sociedade que coíbam a violência doméstica contra a mulher. Portanto, é fundamental direcionarmos esforços, também neste sentido, através de programas de geração de emprego e renda, acesso ao crédito e a terra, à moradia e à educação e através de campanhas que alterem a lógica e o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, no enfrentamento à violência de gênero. (Rep13. Jornal do Brasil 2004 Nov 25).*

*Gerar renda passa a ser a única possibilidade de romper o ciclo vicioso da violência perpetrada entre quatro paredes. (Rep11. Valor Econômico - Am 2005 Abr 25).*

Pode-se observar que e a violência perpetrada por parceiro íntimo é abordada nas reportagens como um problema sério e que envolve toda a sociedade. Esse núcleo de sentido chama a atenção para a necessidade de criar programas de enfrentamento da violência contra mulher e está relacionado ao reconhecimento por parte do Estado, ou seja, é importante que as entidades governamentais criem mecanismos para coibir essa violência e garantam os direitos fundamentais para a mulher em situação de violência.

O PNPM, de 2005, preconiza que a efetividade das ações de prevenção e redução da violência contra a mulher depende dos recursos públicos, comunitários e do envolvimento do Estado e da sociedade em conjunto. É necessário que todos estejam

comprometidos: os poderes legislativos, judiciário e executivo, os movimentos sociais e a comunidade, estabelecendo deste modo uma rede de atendimento e proteção.

O quarto núcleo de sentido, ***divulgação de pesquisas***, refere-se à apresentação das pesquisas que abordaram o tema de violência contra a mulher pelas reportagens.

*De acordo com a Fundação Perseu Abramo, cerca de 2,1 milhões de mulheres são espancadas no País a cada ano, o que representa 175 mil por mês, 5,8 por dia, 243 por hora, quatro a cada minuto e (...). Os números mostram que as mulheres são alvo fácil da violência, principalmente quando o agressor é a pessoa com quem elas dividem a cama, a casa e os filhos. De acordo com dados do Departamento de Polícia da Mulher, cerca de 71% dos casos de agressão registrados contra mulheres são praticadas pelos próprios companheiros ou ex-companheiros. "As lesões corporais quase sempre vêm acompanhadas de ameaças e xingamentos", afirma a titular da Delegacia da Mulher, Cláudia Molina. "Mas as mulheres só costumam recorrer às delegacias depois que sofrem a violência física". (Rep10. Folha de Pernambuco 2004 Nov 21).*

*A cada 15 segundos, uma mulher é violentada. São 700 mil mulheres por ano no País, segundo relatório das Organizações das Nações Unidas – ONU. O agressor na maioria das vezes é o próprio marido ou companheiro e cerca de 70% dos casos ocorrem dentro de casa. Os casos de violência são identificados muitas vezes não na Delegacia de Atendimento a Mulher (Deam), mas nos hospitais públicos. Nos hospitais de Base e Regional do Paranoá existem agentes sociais para fazer um prévio atendimento para a mulher, indicando que denuncie o agressor na Deam. (Rep8. Jornal do Brasil 2005 Mar 18).*

*A morte de Cristina só reforça a pesquisa divulgada recentemente pelo Departamento de Polícia da Mulher (DPMul), que revelou que as pernambucanas vítimas de homicídio estão morrendo por motivo fútil. O estudo foi feito com base na amostragem de trinta homicídios ocorridos nos meses de junho, julho e agosto do ano passado. Do total de casos examinados, 56,67% das mulheres foram mortas dentro de casa e pelo próprio marido ou ex-companheiro. "Esses crimes aconteceram extremamente no mesmo horário, durante a madrugada e nos fins de semana", explicou a delegada Cláudia Molina, chefe do DPMul. No ano passado aconteceram 255 homicídios de mulheres em Pernambuco. Em janeiro desse ano já foram notificados 24 assassinatos. (Rep14. Diário de Pernambuco 2005 Mai 02).*

Os jornais trouxeram em suas reportagens dados quantitativos sobre a violência contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo se utilizando de diferentes fontes para melhor explicitar a extensão do problema da violência contra a mulher.

Os jornais ao publicarem essas pesquisas demonstram claramente o quanto é pertinente essa discussão e o quanto impactam diretamente não só na vida da mulher,

mais como também influencia nos gastos públicos, decorrente da demanda pelos serviços sociais – hospitais, delegacias, assessoria jurídica, entre outros.

### 3.2.3.2 – Outros atores envolvidos

A análise dos conteúdos dos jornais também permitiu identificar os atores envolvidos, ou seja, identificar quais eram as vozes mais ouvidas pelos jornais.

Foi possível identificar que, além da vítima e do agressor, estavam também envolvidos os seguintes atores: **os familiares**; e **os profissionais das instituições governamentais e não governamentais**.

Somente nos anos de 2005 e 2006 foi observado nas reportagens que foram ouvidos, além da mulher vítima de violência e do o agressor, **os familiares**, totalizando 19,1% do universo das reportagens. Estas reportagens não faziam nenhum tipo de reflexão em relação à violência contra a mulher, apenas descreviam os fatos ocorridos.

*De acordo com o registro de ocorrência 915-02795/06, a mãe de Cristina, Eunice Ribeiro, procurou o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) da PM de Austin. Um policial militar chegou a ir à casa de Luís André à procura de Cristina, sendo informado pelo cunhado dele que ela estava sendo coagida pelo camelô. (Rep28. O Globo 2006 Nov 11).*

*No mesmo período, a mulher conseguiu emprego e começou a estudar enfermagem. 'Ele passou a ter crises horríveis de ciúme depois que ela começou a estudar e trabalhar. Cristina estava crescendo como profissional. Ele a acusava de traição, a perseguia', contou a cunhada do ambulante, Heloísa Ribeiro. Ela disse que, após a separação, os irmãos o aconselharam a esquecer a ex-mulher. 'Ele chegou a passar um mês no interior do Rio. Mas nunca se conformou e voltou com o mesmo pensamento de reatar o casamento com a mãe dos filhos. Ele chegou a tentar suicídio e depois fez essa loucura.' Ribeiro chegou a freqüentar a Igreja Assembléia de Deus dos Últimos Dias. Mas nunca foi um fiel assíduo, como seus parentes. (Rep34. O Estado de São Paulo 2006 Nov 11).*

Essas reportagens apenas relatam de que modo a mulher sofreu a violência, não trazem no seu conteúdo nenhum tipo de indagação ou argumentos que relacionem a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo à questão de gênero, à cultura, à sociedade patriarcal, entre outros.

As outras 80,9% reportagens analisadas têm como atores envolvidos, os **profissionais das instituições governamentais e não governamentais**. Nessa análise, percebeu-se que as reportagens dos jornais trouxeram no seu conteúdo argumentações e pesquisas acerca do tema. Isto tende a ocorrer devido ao envolvimento de diversas instituições e profissionais que trazem nas suas falas argumentações e pesquisas que norteiam o conteúdo dos jornais.

As instituições envolvidas nas reportagens foram: a Fundação Perseu Abramo, Centro Integrado de Atendimento a Mulher (CIAM), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), DEAM, ONU, Centro de Excelência da Mulher (CEM) e Centro de Atenção às Vítimas de Crime (Cav.Crime). As instituições eram citadas frequentemente pelos recortes de jornais quando faziam menção aos dados quantitativos a respeito da violência contra a mulher ou quando essas instituições apresentavam algum tipo de atividade para a mulher em situação de violência.

*As agressões contra mulheres que demoram a denunciar o agressor podem piorar com o tempo. Essa é a conclusão de um estudo feito pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp), unidade técnica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro. A pesquisa mostrou que 53,1% das mulheres vítimas de agressões graves de origem sexual viviam há mais de dez anos com o agressor. As informações são da Agência Brasil. Nas mulheres com até cinco anos de união, o percentual de agressões cai para 16,9%, quando de origem sexual, e 26,7% nas de origem física e psicológica. (Rep01. O Povo – CE 2004 jun 24).*

*O crime cometido dentro de casa está deixando de ser motivo de vergonha para muitas mulheres que se encorajaram e decidiram denunciar. Em Maceió, a Delegacia de Defesa da Mulher e o Centro de Atenção às Vítimas de Crime (Cav Crime) registram o aumento de ocorrências, que terão mais punição com a Lei Maria da Penha. (REp16. Gazeta de Alagoas 2006 Ago 08).*

Nos recortes de jornais também foi possível identificar atuação de profissionais como assistentes sociais, advogados, delegados, jornalistas, sociólogos, e psicólogos.

Uma das vozes mais ouvidas nas reportagens dos jornais foi a do(a) delegado(a), que enfatizou a importância de denunciar a violência contra a mulher e mostrar os números cada vez mais expressivos nos boletins de ocorrência das delegacias.

*A delegada Mirian Aparecida Borges, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), diz que o silêncio de Elizete ainda é comum entre as mulheres vítimas de agressões por parte principalmente de maridos, companheiros e namorados. (Rep06. Diário da Manhã 2006 Mar 08).*

*Ameaças e lesões corporais são consideradas crimes de menor potencial ofensivo e por isso a legislação não determina que medidas preventivas sejam tomadas contra o agressor. "É um verdadeiro campo minado, porque também não há como antecipar qual será a atitude dele depois da primeira agressão", afirma a delegada adjunta da Deam, Jane Barbosa. (Rep09. Correio Braziliense 2006 Abr 04).*

Um outro ator envolvido que se destacou nas reportagens dos jornais foram os(as) psicólogos(as) que mencionaram que a violência contra a mulher corre com frequência quando o parceiro encontra-se sobre o efeito de álcool e drogas ou quando o perpetrador sofre algum tipo de trauma na infância.

*A psicóloga Gérley afirma que fatores sócio-econômicos tornam a análise do relacionamento de um casal mais complexa. Alcoolismo, drogas, jogos, machismo, dependência financeira e proteção dos filhos fazem parte da rotina. "Gera desgaste, principalmente na classe mais baixa". (Rep02. Diário da Manhã – GO 2006 Fev 17).*

Ao analisar as reportagens também verificou-se que poucos profissionais trouxeram a discussão de que a violência de gênero está baseada nas assimetrias de gênero e nem argumentaram sobre as relações entre homens e mulheres, um dos profissionais que enfatizou essas questões foram os(as) sociólogos(as).

*A experiência deixou incontáveis seqüelas e apenas uma certeza: o machismo precisa ser banido do mundo. - Isso vai levar tempo, muito tempo, por ser uma questão cultural de altíssima complexidade - observa a socióloga Ana Paula Mendes de Miranda, presidente do Instituto de Segurança Pública (ISP). (Rep37. Jornal do Brasil 2006 Nov 19).*

### **3.2.3.3 – Políticas públicas**

A questão da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo envolve ações de diferentes áreas de políticas públicas, tais como justiça, segurança, educação, saúde, e assistência, muitas vezes sem uma ação integrada entre elas.



Ao analisar as reportagens dos jornais, foi possível identificar quatro núcleos de sentido: **segurança pública; judiciário; política de abrigo; e a articulação entre as políticas.**

A **segurança pública** foi a mais mencionada nas reportagens, pois 50,5% das reportagens abordadas pelos jornais mencionaram as delegacias ou faziam referência a essas delegacias.

*Denunciar e procurar ajuda é, para a delegada Jurema Mota, a única saída para melhorar a situação das vítimas. "A recomendação principal é a mulher tomar alguma iniciativa no início do comportamento violento do agressor. O que ela não pode é deixar que a situação de violência se repita, porque como mostrou o nosso estudo, essas agressões vão se tornando progressivamente mais graves ao longo do tempo". (Rep01. O Povo CE 2004 Jun 24).*

*Daniel terminou sendo preso em flagrante, depois que os vizinhos denunciaram o caso a Polícia. (Rep14. Diário Pernambuco 2005 Mai 02).*

*Jose Ivan foi levado ao 8º Distrito Policial. Ontem à tarde, ele foi transferido para a Delegacia da Mulher, a pedido da delegada Miriam Aparecida Borges. "Além de acusado por dupla tentativa de homicídio, ele responde a outros dois processos por lesão corporal cometidos contra a ex-companheira", explica. A faca de cozinha usada no local do crime não foi encontrada pela polícia. (Rep15. Diário da Manhã GO 2005 Mai 05).*

*A delegada, contudo, destaca a importância de denunciar o parceiro violento. "Na primeira ocorrência, o agressor receberá um termo circunstanciado. Embora não possa ser preso com tal documento, isso diminui bastante as possibilidades dele voltar a agredir a parceira, pois o homem fica com medo de ser processado e detido. Quando é feito o primeiro registro de agressão, é aberto um inquérito contra o agressor", informou. (Rep07. Amazona em Tempo 2006 Mar 08).*

Verificou-se que as delegacias foram os serviços mais procurados, o que significa que as mulheres, de certo modo, estão denunciando mais seus parceiros íntimos agressores. Isto pode estar relacionado à criação das Delegacias Especializadas em Atendimento a Mulheres (DEAM), em 1985, no Estado de São Paulo.

As delegacias se caracterizam como uma porta de entrada das mulheres na rede de serviço, cumprindo o papel de investigar, apurar e identificar os crimes de violência contra as mulheres. As DEAMs estão vinculadas aos sistemas de segurança pública

estaduais, e suas ações junto a elas se dão em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça. (Portal da violência contra a mulher, 2007).

A pesquisa do IBGE demonstrou que o governo federal está investindo em novos equipamentos para as delegacias de mulheres nos 26 estados. Segundo a pesquisa,

*O governo iniciou a entrega de novos equipamentos a 50 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) de 26 estados brasileiros, escolhidas segundo condições de infra-estrutura e população do município. As Deams vão receber uma viatura, uma central fixa de rádio, dois aparelhos de escuta para rádio, pistolas 40 PT940, algemas, coletes à prova de balas, computadores com conexão à internet, munição para armas, entre outros equipamentos. Até o final de 2006, outras 100 Deams receberão aparelhos e treinamento para seus profissionais, com recursos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Serão investidos R\$ 2,5 milhões por ano nas delegacias. (IBGE teen, 2007: 01).*

A criação da DEAMs é um exemplo claro de política pública centrada nas mulheres. Mas é importante que as Delegacias de Mulheres incorporem plenamente a perspectiva de gênero em sua atuação. Deste modo, é preciso que as ações das DEAMs comportem uma política de gênero no sentido de trabalhar concomitantemente com o feminino e o masculino (Bandeira, 2003).

O segundo núcleo de sentido, **judiciário**, está relacionado aos processos que tramitam na justiça e as mudanças ocorridas no código penal mencionados pelas reportagens. Dos 89 recortes de jornais analisados 8,9% das reportagens estavam relacionadas à esfera do judiciário.

*O julgamento será presidido pelo juiz Fernando Starling e a acusação ficará a cargo do promotor Francisco Rogério Campos. O advogado criminalista José Arteiro Lima disse que baseará sua defesa na tese de acidente. O advogado e jornalista Otacílio Fernando da Costa, que atuará como assistente da acusação, disse que irá lançar o Movimento de Repúdio à Violência contra a Mulher. Baseado em pesquisas na imprensa, ele afirma que 100 mulheres já foram assassinadas na RMBH desde a morte de Maria Virgínia. (Rep06. Hoje em Dia – MG 2004 Nov 17).*

*Já no Núcleo Especial de Direito da Mulher e de Vítimas de Violência, que fica na Defensoria Pública Geral do Estado, 150 processos de violência contra a mulher são examinados por mês. As vítimas buscam medidas jurídicas como o afastamento dos parceiros e a guarda de filhos. Como as agressões, em geral, são consideradas crimes de "menor potencial ofensivo" por conta da lei 9.099,*

*os acusados não ficam presos e são condenados a penas alternativas, como pagar cestas básicas. (Rep24. O Globo 2005 Nov 27).*

*Os promotores entrarão com recurso na segunda-feira no Tribunal de Justiça de São Paulo pedindo a prisão imediata do jornalista. (Rep13. O Globo 2006 Mai 06).*

*O Código Penal estabelece que o motivo do homicídio pode qualificar o crime, isto é, dependendo do móvel da ação delituosa, ela pode ser apenada com maior ou menor rigor. Entre as razões mais reprováveis para tirar a vida de alguém, estão incluídos o motivo torpe e o fútil. O Tribunal de Justiça de São Paulo tem vasta jurisprudência no sentido de que "ocorre a qualificadora do motivo torpe se o acusado, se sentindo desprezado pela amásia, resolve vingar-se, matando-a". (Rep22. Folha de São Paulo 2006 Out 05).*

Ao analisar os recortes de jornais pode-se perceber que houve um número reduzido de reportagens de violência contra a mulher em que o agressor foi condenado a prisão. Nas reportagens de 2004, 2005 e parte de 2006 – mais especificamente até agosto, mês em que foi alterado o código penal –, é relatado que os agressores apenas pagam cestas básicas, quando punidos, ou conseguem se utilizar do argumento jurídico da defesa da honra.

Segundo Souza & Adesse (2005), a política do judiciário nos casos de violência contra a mulher tem contribuído para manter a desigualdade nas relações entre homens e mulheres, pois a violência conjugal é considerada um acontecimento de menor relevância.

Mas é importante mencionar que, com a Constituição Federal de 1988, há um reconhecimento por parte do governo a respeito da violência contra a mulher, a começar pelos Tratados e Convenções Internacionais em que o Brasil foi signatário. Além disso, houve mudanças significativas no código penal. Em 2001, a Lei 10.224/2001 altera o Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, criando um tipo especial denominado “Violência Contra a Mulher”. Em 2005, a Lei nº. 11.106/2005, que alterou os artigos 215 e 216, prevê, dentre outras alterações, a extinção do crime de adultério e a substituição de termos como “mulher honesta” e “mulher virgem” para o termo “mulher”. E, recentemente no Brasil foi sancionada a nova lei 11.340 em 07 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha de combate à violência contra a mulher, alterando, assim, o Código Penal. Esta nova lei substitui a Lei 9.099/95, dos Juizados Especiais Criminais (JECrims) do artigo 41, onde foi vedada a aplicação de

penas como a de pagamento de cestas básicas, ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa (art.17).

Um outro dado não menos importante foi a criação das Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher, que é uma política pública recente e inovadora, que constitui uma das formas de ampliação do acesso à Justiça, garantindo às mulheres orientação jurídica adequada, bem como o acompanhamento de seus processos (Portal da violência contra a mulher, 2007).

O terceiro núcleo de sentido, **política de abrigamento**, está relacionado às casas abrigos que acolhem as mulheres vítimas de violência. As casas abrigo mostradas pelas reportagens são casas criadas pelos municípios que acolhem as mulheres vítimas de violência.

*Depois do incidente, ela recorreu a uma unidade da Prefeitura do Recife que presta assistência a mulheres em situação de violência, o Centro de Referência Clarice Lispector, na Boa Vista. (Rep10. Folha de Pernambuco 2004 Nov 21).*

*Nas mesmas condições de Maria, estão outras três mulheres em Cuiabá. Todas com menos de 25 anos. Entre elas, apenas uma não tem filho. Na Casa de Amparo para Mulheres Vítimas de Violência, elas afirmam que querem recomeçar a vida. Tentar de novo. A casa tem espaço para 34 mulheres e funciona como um abrigo por tempo indeterminado. "Um dos requisitos que pedimos é que elas venham para cá depois de ter feito registro de ocorrência da agressão. Daí em diante, elas podem ficar o tempo que durar o processo de separação", conta a coordenadora da casa, Eliana Aparecida. Segundo a coordenadora, no local as mulheres e seus filhos têm acompanhamento psicológico e social. (Rep05. A Gazeta de Cuiabá 2005 Mar 09).*

A Casa Abrigo, até 2002, era uma das políticas prioritárias no enfrentamento à violência contra a mulher sendo, muitas vezes, o único equipamento disponível em alguns dos municípios brasileiros. Contudo, na avaliação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a implementação dessa política tem pouca sustentabilidade e baixa efetividade se desarticulada de outros equipamentos. Nesse sentido, a SPM passou a dar prioridade a projetos de casas abrigo que atendam a uma micro-região, onde já existam outros serviços, configurando uma rede mínima de atendimento (Portal da violência contra a mulher, 2007).

O último núcleo de sentido, **articulação entre as políticas**, está relacionado à integração entre as diversas políticas. Das reportagens abordadas pelos jornais, 40,4% das reportagens mencionaram ou fizeram referência a mais de uma política.

*Dados da entidade SOS Mulher, que há 8 anos desenvolve um trabalho social junto com a Delegacia de Defesa da Mulher, mostram que o número de mulheres que buscaram auxílio psicológico entre 2003 e 2004 subiu 112%. Para divulgar a importância de se buscar auxílio e de denunciar os casos de violência, a entidade faz amanhã uma distribuição de folhetos educativos nas ruas do centro. Nesta semana, a entidade deve fechar com a prefeitura uma parceria para instalar em Taubaté uma casa-abrigo, que vai receber mulher e filhos em situação de risco e violência. (Rep03. Jornal de Tarde –SP 2005 Mar 07).*

*No DF, foi criada uma rede de atendimento para a mulher que é vítima dessa violência. A denúncia é o primeiro passo. Caso a mulher não tenha para onde voltar, a delegacia encaminha a vítima para a Casa Abrigo. Na Casa, ela recebe apoio multidisciplinar, agente social, ginecologista, enfermeira, pediatra, psicólogas, pedagoga, orientadora sexual e policiais militares. Casa Abrigo, em parceria com a Defensoria Pública do DF, ajuíza todas as ações necessárias para garantir os direitos das vítimas e de seus filhos. As vítimas recebem o atendimento gratuito para que tenham acesso à justiça, sentindo-se realmente uma cidadã brasileira, com todos os seus direitos assegurados. (Rep08. Jornal do Brasil Mar 2005 18).*

*A ministra informou que o governo federal está desenvolvendo centros de assistência à mulher, casas-abrigos e delegacias especializadas, construindo assim uma rede de atendimentos e prevenção à violência contra a mulher. (Rep13. Diário de Amapá 2005 Abr 30).*

*Creio que só se melhora a situação estimulando-se o disque-denúncia, criando-se um serviço social agressivo e eficiente, uma polícia mais atenta, uma justiça que realmente faça justiça e uma rede de internatos ou semi-internatos que eduque e assuma a responsabilidade de suprir a deficiência provocada pela atuação de pais, que devem estar na cadeia ou cumprindo as penas que lhe couberem. (Rep04. Jornal do Commercio–PE 2006 Fev 18).*

Ao analisar as reportagens foi possível perceber que os jornais analisados mencionam a importância das casas abrigo, das delegacias de mulheres, da alteração do código penal e acesso à justiça, assim como a atuação preventiva e educativa nos atendimentos hospitalares e na área da educação.

Segundo a OMS (2002), seria importante que vários setores pudessem trabalhar juntos, como a polícia, os serviços de saúde, o judiciário e os serviços de apoio social,

com o objetivo de melhor enfrentar o problema da violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. Embora, historicamente, exista uma tendência dos programas sociais trabalharem com as políticas isoladamente, o que a experiência tem mostrado é que isto, geralmente, produz pouquíssimo resultado.

## **Considerações Finais**

---

O objetivo deste estudo foi analisar as reportagens dos jornais, expostas no clipping da SPM no período de 2004 a 2006, sobre o tema violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo. Buscou-se mapear e caracterizar os recortes de jornais expostos no clipping da SPM, além de compreender como esses jornais abordaram o tema da violência de gênero contra a mulher.

Ao analisar as características dos jornais, pode-se perceber que ainda há um número pequeno de jornais que dão ênfase ao tema, pois dos 31 jornais que publicaram sobre o tema apenas 03 jornais (3,2%) – o Jornal do Brasil, O Globo, e o Jornal do Commercio – tiveram mais de sete reportagens. Também se observou que a quantidade de reportagens aumentou no decorrer dos anos, passando de 20,2% em 2004 para 52,8% em 2006, este resultado demonstra que o tema vem ganhando visibilidade, o que possibilita um maior debate junto à sociedade.

Constatou-se que 34,8% foram publicadas na região Sudeste e 30,3% na região Nordeste, enquanto na região Norte teve apenas 4,4% das reportagens publicadas. Quando distribuído por ano também se verificou que essas mesmas regiões tiveram um crescimento em relação ao número de reportagens. Isto pode estar relacionado ao investimento em pesquisas nessas regiões e ao crescimento do número de instituições que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher, assim como pode também estar relacionado a uma maior preocupação por parte da população.

Verificou-se que, dos 27 estados, apenas 16 tiveram jornais que publicaram reportagens referentes ao tema. No ano de 2004 e 2005, os jornais dos estados do Distrito Federal e Pernambuco foram os que mais publicaram, já em 2006 o maior número de reportagens ficou concentrado no estado do Rio de Janeiro. Também se observou que os estados de Roraima, Paraná, Bahia e Amazonas tiveram publicação apenas no ano de 2006, isso mostra que, de certa maneira, os casos de violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo vêm adquirindo, ainda que recentemente, destaque nas publicações dos jornais desses estados.

A análise dos conceitos da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo permitiu identificar um único núcleo de sentido: resultado da cultura

patriarcal. Este foi dividido em dois significados: ideologia da dominação masculina e questão do sistema capitalista. A ideologia da dominação masculina abordada nas reportagens dos jornais está associada aos papéis feminino e masculino que são produzidos e reproduzidos na nossa sociedade, baseados nas relações desiguais de gênero, em que a mulher ideologicamente ocupa uma condição inferior e de subalternidade à condição do homem. Já a questão do sistema capitalista está relacionada à exploração e ao lucro, do qual o principal beneficiado é o homem.

Com relação às explicações para ocorrência da violência de gênero identificou-se quatro núcleos de sentidos: relações conjugais e familiares; dependência financeira da mulher; fatores psicológicos; e uso abusivo de álcool e drogas.

Os núcleos que mais se destacaram foram as relações conjugais e familiares e o uso abusivo de álcool e drogas. O que demonstra que problemas na infância, o ciúme obsessivo e a possível traição, a não aceitação da separação, e estar sobre efeito de álcool e droga foram as principais justificativas abordadas nas reportagens dos jornais para que o parceiro íntimo perpetre violência contra a mulher.

Foi possível identificar os tipos de violência de gênero: violência física, violência sexual, violência psicológica, violência doméstica, violência física e sexual, violência física e psicológica. Nesta análise foi possível verificar que a agressão física aparece com maior frequência isoladamente (58,4%), além de aparecer combinada com os demais tipos de violência (31,3%).

No que se refere o vínculo com o agressor, foi possível verificar que as reportagens apontam que frequentemente as agressões são perpetrada pelos maridos ou pelos ex-parceiros íntimos. A violência contra a mulher em que o principal agressor é o próprio parceiro íntimo ainda é muito comum e ocorre em todos os países, independente do grupo social, econômico, religioso ou cultural.

Quanto ao local de ocorrência verificou-se que a violência contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo relatada nas reportagens ocorre em sua maioria no âmbito privado, marcado pela violência física, psicológica, sexual e doméstica.

Em relação à linguagem utilizada pode-se perceber que 68% das reportagens fizeram uma reflexão crítica, do qual se identificou quatro núcleos de sentidos: consequências para a mulher; importância da denúncia; programas de redução da



violência contra a mulher; divulgação de pesquisas. Nas reportagens analisadas percebeu-se que os jornais tiveram a preocupação de mencionar o quanto é importante o enfrentamento à violência contra a mulher e de considerá-la como um grave problema.

No que diz a respeito aos atores envolvidos, as reportagens relatam que, além da vítima e do agressor, estavam também envolvidos os seguintes atores: os familiares; e os profissionais das instituições governamentais e não governamentais. Foi constatado nesta análise que 80,9% das reportagens tiveram como atores envolvidos os profissionais e as instituições. Este fato tende a ocorrer devido ao envolvimento de diversas instituições e profissionais que trazem nas suas falas argumentações e pesquisas que norteiam o conteúdo dos jornais.

Em relação às políticas, foi possível identificar nas reportagens quatro núcleos de sentido: segurança pública; judiciário; política de abrigamento; e a articulação entre as políticas. Verificou-se que 50,5% das reportagens fizeram menção aos serviços ligados à segurança pública, principalmente as delegacias.

Os resultados deste estudo mostraram que a violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo, ainda muito presente no cotidiano de muitas mulheres, tem pouca e recente visibilidade nos jornais. Os jornais vêm gradativamente ao longo dos anos dando mais ênfase ao tema da violência de gênero contra mulher perpetrada por parceiro íntimo.

Os resultados do presente estudo indicam a necessidade de dar mais visibilidade ao tema da violência de gênero contra a mulher perpetrada por parceiro íntimo com intuito de informar melhor a sociedade, contribuindo para a formação de uma opinião pública crítica sobre esse fenômeno e exercendo uma pressão sobre as instituições envolvidas. Para tanto se colocam os seguintes desafios:

- 1) Capacitar profissionais da área da comunicação, para que estes possam dar ênfase e qualificar a apresentação do tema da violência contra a mulher;
- 2) Incluir nas reportagens campanhas referentes ao enfrentamento da violência contra a mulher;
- 3) Estimular os leitores a buscar mais informações sobre o tema.

## **Referências Bibliográficas**

---

Agência Brasil. Secretaria de mulheres diz que estados do Norte e Nordeste são prioritários em 2007.

<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/11/materia.2007-811.4182137895/view> (acessado em 16/Ago/2007).

Alves AF. O noticiário da mídia e a “velhinha da motocicleta”. *Alceu* 2001; 2:54-77.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Brasil; 1998.

Bandeira L. O que estamos conseguindo alterar na questão da violência contra a mulher? In: Fórum de Mulheres de Pernambuco. Seminário monitoramento da violência contra a mulher na mesa mecanismos de resistências culturais e sociais no combate a violência contra a mulheres. Pernambuco; 2003. p. 1-3.

Casique LC. Violência perpetrada por companheiros íntimos às mulheres em Celaya – México [Tese de Doutorado em Enfermagem]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo; 2004.

Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres. Donas de casa: a violência dentro da família.

<http://www.campanha16dias.org.br/16dias06/SalaImprensa/Index.asp?Artigo=11> (acessado em 19/jun/2007).

Cavalcanti LF. Ações da assistência pré-natal voltadas para a prevenção da violência sexual: representação e práticas dos profissionais de saúde [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz; 2004.

Cemin A, Scarabel CA, Souza MFB, Gomes SM. Imaginário de gênero e violência em Porto Velho.

[http://www.primeiraversao.unir.br/artigo 128.html](http://www.primeiraversao.unir.br/artigo%20128.html) (acessado em 28/jun/2007).

Chauí M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Franchetto B, Cavalcanti MLV, Heilborn ML, organizadores. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. São Paulo: Zahar Editores; 1985. p. 36-48.

Comitê Interagencial de gênero/ Comitê Interagencial de Comunicação/ONU/Secretaria Nacional dos direitos humanos/ Ministério da Justiça. Uma vida sem violência é um

direito nosso: propostas de ação contra a violência intrafamiliar no Brasil. Brasília: Comitê Interagencial de gênero/ Comitê Interagencial de Comunicação/ONU/Secretaria Nacional dos direitos humanos/ Ministério da Justiça; 1998.

Entrevista com Giannotti V. Mídia escrita e violência contra a mulher [fita cassete]. Rio de Janeiro; 2006.

Fórum da Sociedade Civil Combate a Violência Contra a Mulher em Pernambuco. In: Instituto de Estudos Socioeconômicos – INECS. Fórum da sociedade civil em Recife combate a violência contra a mulher.  
<http://www.inesc.org.br/equipe/jairb/forum-da-sociedade-civil-combate-a-violencia-contra-a-mulher-em-pernmbuco> (acessado em 10/jul/2007).

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Maria, Maria, Revista da Unifem.  
<http://www.undp.org.br/unifem/mariamaria> (acessado em 06/set/2006).

Fundação Perseu Abramo. Pesquisa: A mulher Brasileira nos espaços públicos e privados. Núcleo de Opinião Pública.  
<http://www.fpabramo.org.br/nop/mulheres> (acessado em 10/set/2006).

Garcia-Moreno C, Heise LL. Violência perpetrada por parceiro íntimo. In: World Health organization World Report on violence and health. Genebra: 2002. p. 91-121.

Gomes R, Minayo MCS, Silva CFRS. Violência contra a mulher uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

Iamamoto MV. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Editora Cortez; 2005.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Brasil na luta contra a violência.  
<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/especial.html> (acessado em 03/jul/2007).

Instituto Patrícia Galvão. Percepção e reação da sociedade sobre a violência contra a mulher. Pesquisa IBOPE/Instituto Patrícia Galvão (2006). São Paulo: Instituto Patrícia Galvão; 2006.

Ipas Brasil. II fórum da região norte de assistência às mulheres vítimas de violência sexual.

[http://www.ipas.org.br/arquivos/fórum\\_nos.doc](http://www.ipas.org.br/arquivos/fórum_nos.doc)17/08/2007 (acessado em 16/Ago/2007).

Kronbauer JFD, Meneghel SN. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Rev Saúde Pública 2005; 39: 695-701.

Melo J. Perspectiva de gênero e raça na mídia.

<http://www.patriciagalvão.org.br> (acessado em 14/dez/2006).

Melo M. Violência psicológica contra a mulher.

<http://www.ibap.org/direitosdamulher/monicademelo/mm010.htm> (acessado em 18/set/2006).

Minayo MC, Deslandes SF, Gomes R. Pesquisa social: teorias, método e criatividade. Petrópolis: Rio de Janeiro: Editora vozes Ltda; 1993.

Minayo MCS, Souza ER. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Rev. Ciência & Saúde coletiva 1999; 4: 7-32.

Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça; 1996.

Ministério da Saúde. Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

Miranda, APM, Pinto, AS, Lage, L. Dossiê Mulher 2.

<http://www.isp.rj.gov.br> (acessado em 10/jul/2007).

Muller KM. Mídia & Fronteira [Tese de Doutorado em comunicação]. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2003.

Oliveira LB, Carvalho MLO. Violência contra a mulher: tipos de agressões e auto-percepção como vítima. UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde 2005; 7: 43-48.

Pompeu F, Melo J. Campanhas na mídia contra a violência às mulheres.  
[http:// www.patriciagalvão.org.br](http://www.patriciagalvão.org.br) (acessado em 14/dez/2006).

Portal da Violência Contra a Mulher. “Além de punir, é preciso tratar causas da violência doméstica”, diz juíza.

<http://www.patriciagalvão.org.br/apc-aa-aapatriciagalvao/home/noticias.shtm?x=636>  
 (acessado em 03/jul/2007).

Portal da Violência Contra a Mulher. Políticas públicas contra a violência à mulher.

<http://www.patriciagalvão.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=85>  
 (acessado em 03/jul/2007).

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Dossiê violência contra a mulher. Pernambuco.

<http://www.redesaude.org.br> (acessado em 06/set/2006).

Santos CM., Izumino WP. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe 2005; 16: 1-16.

Saffioti HIB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: Moraes MLQD, Nazes R, organizadores. Advocacia para abono em defesa da mulher vítima de violência. São Paulo: Editora Unicamp e Imprensa Oficial de São Paulo; 2002. p. 197-215.

Sanematsu M. A cobertura da mídia sobre a violência contra as mulheres.

[http:// www.patriciagalvão.org.br](http://www.patriciagalvão.org.br) (acessado em 14/dez/2006).

Scharaiber LB, D'Oliveira AFLP, Junior IF, Pinto AA. Violência contra a mulher: estudos em uma unidade de atenção primária à saúde. Rev Saúde Pública 2002; 36: 470-477.

Scharaiber LB, D'Oliveira AFLP. Violência contra a mulher: interfaces com a saúde. Comunicação, saúde, educação 1999; 3: 11-26.

Secretaria Especial da Mulher. Violência contra a mulher: informações e orientação - cartilha. Londrina: Secretaria Especial da Mulher; 1998.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Política para as mulheres; 2005.

Silva IV. Violência contra a mulher: a experiência de usuárias de um serviço de urgência e emergência de salva, Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública 2003; 19 Supl 2: 263-272.

Silva E. O papel da mídia no enfrentamento da violência contra a criança e adolescentes.  
[http:// www.caminhos.ufms.br/artigo-edson\\_silva\\_pdf](http://www.caminhos.ufms.br/artigo-edson_silva_pdf) (acessado em 08/11/2006).

Souza CM, Adesse L, organizadores. Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios. Brasília: Ipas Brasil; 2005.

Teles MAA, Melo M. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense; 2002.

**ANEXO A – Roteiro para análise dos recortes de jornais expostos no clipping SPM**

**ANEXO B – Reportagens dos Jornais**

**Anexo A - Roteiro para análise dos recortes de jornais expostos no clipping da SPM**

---



**1- Características dos Jornais**

- a) Nome do Jornal
- b) Ano de publicação
- c) Região
- d) Estado

**2- Abordagem da violência de gênero perpetrada por parceiro íntimo nos recortes de jornais**

- a) Conceito de violência de gênero
- b) Tipos de violência
- c) Explicações para ocorrência da violência de gênero
- d) Vínculo com agressor
- e) Local de ocorrência
- f) A linguagem utilizada nos recortes de jornais
- g) Outros atores envolvidos
- h) Articulação com as políticas públicas

<b>Reportagens 2004</b>		
Reportagem 1	O Povo – CE – 2004 junho 24	Estudo revela que demora na denúncia piora agressões.
Reportagem 2	Jornal do Brasil – 2004 julho 06	Quando o silêncio vira ameaça.
Reportagem 3	Jornal do Brasil – 2004 julho 06	Apresentadora espancada retira queixa.
Reportagem 4	Jornal do Comércio – 2004 julho 08	Violência contra a mulher.
Reportagem 5	Correio Popular – SP – 2004 setembro 13	Americana ocupa o 2º lugar em violência contra a mulher.
Reportagem 6	O Globo – 2004 novembro 15	A violência sexista dentro de casa.
Reportagem 7	Hoje em Dia – MG – 2004 novembro 17	Acusado será julgado hoje.
Reportagem 8	Diário de Pernambuco – 2004 novembro 17	Feriado violento para mulheres.
Reportagem 9	Jornal do Commercio – PE – 2004 novembro 18	Crime anunciado.
Reportagem 10	Folha de Pernambuco – 2004 novembro 21	Dormindo com o inimigo.
Reportagem 11	Jornal do Commercio – PE – 2004 novembro 23	Professora da Rural é morta com tiro no rosto.
Reportagem 12	Correio Braziliense – 2004 novembro 24	A culpa é da vítima.
Reportagem 13	Jornal do Brasil – 2004 novembro 25	O começo da vida.
Reportagem 14	Diário do Nordeste – CE – 2004 novembro 25	Vítimas da impunidade e da sociedade patriarcal.
Reportagem 15	Diário de Pernambuco – 2004 novembro 26	Mulher é espancada pelo marido.
Reportagem 16	Gazeta de Alagoas – 2004 novembro 26	A arma estava engatilhada e ela se debatia.
Reportagem 17	Jornal de Brasília – 2004 novembro 27	Ciúme causa tragédia no Paranoá.
Reportagem 18	Jornal de Brasília – 2004 novembro 27	Mãe queria ficar em casa.
<b>Reportagens 2005</b>		
Reportagem 1	O Estado de S. Paulo – 2005 janeiro 05	Apresentadora de TV desfigurada obtém o divórcio.

Reportagem 2	Folha de Pernambuco – 2005 março 07	Mais uma mulher é agredida pelo marido.
Reportagem 3	Jornal da Tarde – SP – 2005 março 07	Mulheres em busca de ajuda.
Reportagem 4	Diário do Nordeste – CE – 2005 março 09	Dona-de-casa é agredida por companheiro.
Reportagem 5	A Gazeta de Cuiabá – 2005 março 09	Agredidas tentam uma vida nova.
Reportagem 6	Jornal de Brasília – 2005 março 09	Mulher apanha de companheiro.
Reportagem 7	Jornal de Brasília – 2005 março 10	Homem rejeitado surra mulher duas vezes.
Reportagem 8	Jornal do Brasil – 2005 março 18	Agressão a cada 15 segundos.
Reportagem 9	Jornal de Brasília – 2005 março 27	Marido enfurecido fere mulher a facadas.
Reportagem 10	Diário da Manhã – GO – 2005 abril 22	Marido mata mulher em disputa por dinheiro.
Reportagem 11	Valor Econômico – 2005 abril 25	Só geração de renda rompe com a violência.
Reportagem 12	A Gazeta de Cuiabá – 2005 abril 28	Violência doméstica x desarmamento.
Reportagem 13	Diário de Amapá – 2005 abril 30	Benedito Dias apóia luta contra a violência doméstica no país.
Reportagem 14	Diário de Pernambuco – 2005 maio 02	Mulher é assassinada em casa.
Reportagem 15	Diário da Manhã – GO – 2005 maio 05	O ciúme que fere.
Reportagem 16	Diário de Pernambuco – 2005 junho 19	Violência doméstica.
Reportagem 17	Folha de Pernambuco – 2005 julho 26	Jovem acusa ex-namorado de violentá-la sexualmente.
Reportagem 18	Hoje em Dia – MG – 2005 agosto 03	Mulheres pobres estão apanhando mais.
Reportagem 19	Diário Catarinense – SC – 2005 setembro 05	Mulher abandonada sofre agressões.
Reportagem 20	Diário da Manhã – GO – 2005 setembro 13	Mulher espancada com rodo.
Reportagem 21	Jornal de Brasília – 2005 outubro 02	Impunidade e medo evitam as queixas.
Reportagem 22	Diário do Nordeste – CE – 2005 outubro 13	Dona-de-casa é violentada e morta pelo companheiro.
Reportagem 23	Jornal do Brasil – 2005 novembro 16	Violência nunca mais.

Reportagem 24	O Globo – 2005 novembro 27	Violência sofrida em quatro paredes.
<b>Reportagens 2006</b>		
Reportagem 1	Jornal do Commercio – PE – 2006 fevereiro 02	Homem assassina amante e se mata.
Reportagem 2	A Gazeta de Cuiabá – 2006 fevereiro 13	Casos de violência doméstica são rotina.
Reportagem 3	Diário da Manhã – GO – 2006 fevereiro 17	Contra-ataque feminino.
Reportagem 4	Jornal do Commercio – PE – 2006 fevereiro 18	Que vergonha!
Reportagem 5	Jornal da Tarde – SP – 2006 março 08	Agredidas em nome de Deus, elas pedem ajuda.
Reportagem 6	Diário da Manhã – GO – 2006 março 08	Dona de casa morta com tiro pelo marido.
Reportagem 7	Amazonas em Tempo – 2006 março 08	Realizada, mas agredida.
Reportagem 8	Diário de Pernambuco – 2006 março 17	Mulher resgatada de cárcere privado.
Reportagem 9	Correio Braziliense – 2006 abril 03	Agredidas com faca e canivete.
Reportagem 10	Correio do Povo – RS – 2006 abril 06	Violência contra mulher.
Reportagem 11	Tribuna da Imprensa – 2006 abril 08	Violência doméstica.
Reportagem 12	Folha de Boa Vista – 2006 abril 26	Vítimas de violência doméstica e os filhos contam com abrigo.
Reportagem 13	O Globo – 2006 maio 06	Pimenta volta para casa.
Reportagem 14	O Globo – 2006 maio 06	Secretaria de Mulheres critica decisão.
Reportagem 15	Correio da Bahia – 2006 julho 14	Dados sobre violência contra a mulher são subestimados.
Reportagem 16	Gazeta de Alagoas – 2006 agosto 08	Violência contra a mulher.
Reportagem 17	Folha de Londrina – PR – 2006 setembro 14	Violência doméstica - Agredida e refém do próprio marido.
Reportagem 18	Gazeta de Alagoas – 2006 setembro 22	Violência contra mulher.
Reportagem 19	O Estado de S. Paulo – 2006 setembro 23	Nova lei que protege a mulher já tem um preso.
Reportagem 20	Diário de Pernambuco – 2006 setembro 24	De ciumentos a assassinos.

Reportagem 21	Correio da Bahia – 2006 setembro 25	Vítimas de violência desconhecem nova legislação.
Reportagem 22	Folha de São Paulo – 2006 outubro 05	Crime passionai.
Reportagem 23	Diário do Nordeste – CE – 2006 outubro 10	Aumentam denúncias contra violência.
Reportagem 24	A Notícia – SC – 2006 outubro 14	Chega de sofrer em silêncio!
Reportagem 25	Jornal do Brasil – 2006 novembro 11	Casamento marcado pela violência.
Reportagem 26	O Globo – 2006 novembro 11	Professora morta em Vigário Geral seria vítima de crime.
Reportagem 27	O Globo – 2006 novembro 11	Reféns do amor e do ódio.
Reportagem 28	O Globo – 2006 novembro 11	Camelô usou mesma arma antes para fazer ameaças.
Reportagem 29	Jornal do Brasil – 2006 novembro 11	Um dia de horror.
Reportagem 30	Jornal do Commercio – PE – 2006 novembro 11	Crise de ciúme acaba em seqüestro de ônibus.
Reportagem 31	Estado de Minas – 2006 novembro 11	Seqüestrador de ônibus se entrega depois de 10 horas.
Reportagem 32	O Dia – 2006 novembro 11	Seqüestrador do ônibus 499 já havia mantido ex-mulher encarcerada em motel.
Reportagem 33	Jornal do Brasil – 2006 novembro 11	Drama de ex-mulher comoveu passageiros e os manteve no ônibus.
Reportagem 34	O Estado de S. Paulo – 2006 novembro 11	Ex-mulher denunciou cárcere privado.
Reportagem 35	O Globo – 2006 novembro 15	Vítima quer rigor contra agressores de mulheres.
Reportagem 36	Diário Catarinense – SC – 2006 novembro 16	Violência contra a mulher.
Reportagem 37	Jornal do Brasil – 2006 novembro 19	O inimigo está em casa.
Reportagem 38	O Estado de S. Paulo – 2006 novembro 21	Empresário preso por agredir mulher e filhos.
Reportagem 39	A Gazeta de Cuiabá – 2006 novembro 26	Mulheres denunciam a violência no lar.
Reportagem 40	A Notícia – SC – 2006 dezembro 03	Violência.
Reportagem 41	Jornal do Brasil – 2006 dezembro 14	Amor que vira desejo de matar.
Reportagem 42	Correio do Povo – RS – 2006 dezembro 21	Violência doméstica faz nova vítima.

Reportagem 43	Jornal do Commercio – PE – 2006 julho 11	Acusado de matar mulher é capturado.
Reportagem 44	Jornal do Commercio – PE – 2006 julho 26	Revolta de parentes e amigos marca enterro de mãe e duas filhas.
Reportagem 45	Diário da Manhã – GO – 2006 novembro 07	Mulher é morta a pedradas pelo namorado em Anápolis.
Reportagem 46	A Tarde – BA – 2006 novembro 14	Crime passionai choca Itabuna.
Reportagem 47	O Dia – 2006 novembro 14	Dois dramas com finais trágicos.